

OS EFEITOS DIFERENCIADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A IMPRENSA



Relatório Sombra sobre a implementação do ODS 16.10.1 na América Latina



2021

OS EFEITOS DIFERENCIADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A IMPrensa

Relatório Sombra sobre a implementação do ODS 16.10.1 na
América Latina

Rede Voces del Sur, 2021

Coordenação

Claudia Cadena, Chloe Zoeller &
Thomas Burt

Edição

Enrique Gasteazoro

Abordagem de gênero e inclusão

Virginie Martin-Onraë

Pesquisa e redação

Dánae Vílchez & Miguel Gomez

Processamento e análise de dados

Ludwing Moncada

Desenho

Gloria Cordero

Licença Internacional Creative

Commons Attribution

NonCommercial-ShareAlike 4.0. Pode
adaptar e compartilhar o material, sob
a mesma licença, citando o original.

Esta publicação é possível graças ao
apoio da Pan American Development
Foundation (PADF). O conteúdo do
relatório é responsabilidade de seus
autores e não representa os pontos de
vista da organização.

Sobre a Rede Voces del Sur

A Rede Voces del Sur (VdS) é uma aliança regional de organizações da sociedade civil que promove e defende a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação na América Latina.

A VdS monitora as agressões contra os direitos fundamentais mediante uma metodologia consensuada e alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, Meta 16.10, Indicador 16.10.1, da Organização das Nações Unidas. A análise do monitoramento está consolidada neste Relatório Sombra anual.

Organizaciones da sociedade civil

ARGENTINA

Foro de Periodismo Argentino
-FOPEA

BRASIL

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo -ABRAJI

BOLÍVIA

Asociación Nacional de la Prensa de Bolivia -ANP

COLÔMBIA

Fundación para la Libertad de Prensa
-FLIP

CUBA

Instituto Cubano de Libertad de Expresión y Prensa -ICLEP

EQUADOR

Fundamedios

EL SALVADOR

Asociación de Periodistas de El Salvador -APES

GUATEMALA

Instituto Centroamericano para los Estudios de la Democracia Social
-DEMOS

HONDURAS

Comité por la Libre Expresión
-C-Libre

MÉXICO

ARTICLE 19 México y Centroamérica

NICARÁGUA

Fundación por la Libertad de Expresión y Democracia -FLED

PERU

Instituto de Prensa y Sociedad
-IPYS Perú

VENEZUELA

Instituto de Prensa y Sociedad
-IPYS Venezuela

URUGUAI

Centro de Archivos y Acceso a la Información-CAInfo

Índice

Sumário Executivo 10

Introdução 12

Metodologia 16

Indicadores VdS

Indicador 16.10.1

Perspectiva de gênero e diversidade

Limitações

Análise Regional 25

A falta de dados sobre violências diferenciadas impede o progresso no ODS 16.10.1 na América Latina

Resultados regionais: um panorama sombrio

Argentina 40

Polarização incita violência contra os meios de comunicação

Com o Estado como principal agressor, preocupa a estigmatização e a criminalização

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Bolívia 47

As liberdades fundamentais já incomodam o governo de Luis Arce

Estigmatização, assédio e violência: pilares do abuso do poder

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Brasil 54

Preocupante aumento de ataques contra a liberdade de expressão

Censura por meio de judicialização, violência verbal e física

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Colômbia 61

Violência inédita contra a imprensa e o Estado como autor

O exercício jornalístico ameaçado por violência dirigida e contextual

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Cuba 68

Sem direito à liberdade de expressão

Prisões e represálias ante protestos antigovernamentais

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Equador 75

A estigmatização contra a imprensa: um legado difícil de quebrar

Crime organizado e desproteção: uma combinação letal

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

El Salvador 82

Bukele se declara inimigo da imprensa independente

O Estado viola sistematicamente as liberdades fundamentais

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Guatemala 89

O retrocesso da democracia guatemalteca

Violência institucionalizada, assédio judicial e leis problemáticas

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Honduras 95

Um novo governo gera expectativas positivas

Perpetradores ligados ao poder, mas desconhecidos

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

México 101

A estigmatização e o abuso do poder deterioram as liberdades públicas

Seguem os assassinatos num contexto de impunidade e conluio de poderes

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Nicarágua 108

Recrudescimento da repressão no contexto eleitoral

Prisão, confisco e exílio marcam o jornalismo na Nicarágua

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Peru 115

Surge tensão entre o poder e os meios de comunicação

A violência contra a imprensa cresce e se intensifica

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Uruguai 122

O Estado uruguaio não é mais o grande protetor das liberdades

Agressões estatais e criminalização

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Venezuela 127

A instrumentalização do medo para censurar

Desertos midiáticos e as limitações do jornalismo digital

Perspectiva de gênero e diversidade

Recomendações

Conclusões e recomendações 133

Recomendações perspectiva de gênero e diversidade

Outras recomendações

Para a sociedade civil

Para a comunidade internacional

Para as instituições do Estado

Para os meios de comunicação

Sumário Executivo



Em 2021, a Rede Voces del Sur (VdS) registrou 4930 alertas de violações contra as liberdades de expressão e de imprensa e o direito de acesso à informação em 14 países da América Latina. Nesse ano, esses direitos fundamentais foram violados em média a cada duas horas nos países monitorados. Em oito dos 13 países para os quais há dados comparativos de 2020, os alertas subiram notavelmente. Como em 2018 (55%), 2019 (77%) e 2020 (59%), a maioria dos alertas em 2021 (72%) identifica o Estado como o

principal agressor. Os Estados - em teoria garantidores dos direitos humanos - são, por ação e omissão, uma grande ameaça às pessoas que trabalham com jornalismo e comunicação. Dos 13 indicadores monitorados, os que apresentaram maior aumento foram: detenções arbitrárias (198%), uso abusivo do poder estatal (193%), discurso estigmatizante (83%), restrições ao acesso à informação (50%) e agressões e ataques (18%). Essas formas de violência se manifestam principalmente por e a partir das instituições do Estado.

Os dados confirmam, de forma inequívoca, a deterioração da situação desses direitos fundamentais na região.

O Relatório Sombra 2021 inclui uma perspectiva de gênero que busca contribuir para a compreensão dos efeitos diferenciados que as violências contra as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação podem ter sobre as mulheres, homens e pessoas não binárias. A intenção é integrar essa perspectiva ao monitoramento das violências que afetam o exercício jornalístico, promover espaços de análise específicos sobre efeitos diferenciados e contribuir para que se tomem medidas de proteção e atenção adequadas às diversas necessidades. A igualdade de gênero e o respeito à diversidade devem ser pilares da promoção e proteção desses direitos e do

desenvolvimento sustentável. É fundamental promover a diversidade e a igualdade de oportunidades nas redações, e ao mesmo tempo garantir esquemas e mecanismos de proteção diferenciados para as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação, mulheres, não binárias, indígenas e afrodescendentes, entre outras identidades, condições e categorias sociais, para cumprir com o ODS 16 e desenvolver ecossistemas midiáticos plúrais e inclusivos, a serviço do interesse público.

Introdução

Em 2018, a Rede Voces del Sur (VdS) preparou o Relatório Sombra anual sobre a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação na América Latina. Os dados vêm do monitoramento paralelo feito pelas Organizações de Sociedade Civil (OSC) ligadas à rede, que analisaram e reportaram o estado desses direitos fundamentais em conformidade com o Objetivo 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): paz, justiça e instituições sólidas. Os esforços de monitoramento se concentram na Meta 16.10: garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais. O Relatório Sombra mede o cumprimento do In-

dicador 16.10.1: o número de casos verificados de diferentes tipos de violência contra pessoas jornalistas, trabalhadoras dos meios de comunicação, defensoras dos direitos humanos e sindicalistas, usando uma metodologia regional comum, projetada colaborativamente, consultada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e refinada em cinco anos de implementação. A função desse monitoramento paralelo da sociedade civil é complementar, contrastar e enriquecer os dados e relatórios estatais.

O Relatório Sombra 2021 é o quarto relatório consecutivo que a Rede Voces del Sur

apresenta. O alcance do Relatório Sombra tem crescido, passando de oito países em 2018 para 14 países em 2021.

O trabalho concentrado da VdS facilita a avaliação, de forma independente e confiável, tendências, conquistas e dificuldades na observância do ODS 16, Meta 16.10 na América Latina, por meio do monitoramento que as organizações de sociedade civil da rede realizam, com base no Indicador 16.10.1. O resultado desse esforço é um registro mais integral e metodologicamente forte que existe na região sobre violações à liberdade de expressão, à liberdade da imprensa e ao direito de acesso à informação. A sistematicidade na coleta e no processamento de dados permite ao Relatório Sombra oferecer uma visão mensurável e comparável da situação desses direitos fundamen-

tais na região, aumentando a compreensão dos problemas, informando a busca de soluções, orientando a análise e implementação de políticas públicas e fornecendo evidências para mobilizar esforços (inter)nacionais de desenvolvimento que contribuam para a construção de sociedades mais justas, pacíficas e inclusivas.

A metodologia comum da VdS, com base em 13 indicadores regionais compartilhados, é, em grande parte, resultado do trabalho colaborativo entre as 14 organizações de sociedade civil (OSC) que promovem e defendem a liberdade de expressão, a liberdade da imprensa e o direito de acesso à informação na América Latina. Essa rede de OSC revisou e refinou a metodologia de forma colaborativa e participativa com base na experiência

acumulada das organizações integrantes.

O Relatório Sombra 2021 amplia a abordagem, contribuindo para a compreensão dos efeitos diferenciados que as violências contra as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação podem ter sobre as mulheres, os homens e as pessoas não binárias.

Em 2021, a rede testou a implementação de um décimo terceiro indicador transversal de gênero. A intenção é fortalecer uma perspectiva de gênero no monitoramento das violências que afetam pessoas que exercem ou estão vinculadas com o jornalismo na região, para assegurar que sejam tomadas medidas de proteção e atenção adequadas às necessidades dos diferentes grupos. A igualdade de gênero e o respeito à diversidade são pilares dos direitos

fundamentais. Assegurar a igualdade de oportunidades dentro das redações - dar garantias e mecanismos de proteção diferenciados para as mulheres, pessoas não binárias, indígenas, jornalistas, entre outras identidades e condições - é fundamental para desenvolver ecossistemas midiáticos independentes, plurais e inclusivos. O Relatório mostra como a violência contra as pessoas jornalistas se expressa de maneira diferenciada de acordo com a sua identidade de gênero, e normalmente começa no discurso. Finalmente, este Relatório promove o uso de uma linguagem não discriminatória.

Fica claro que a violência contra as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação se exerce em diferentes níveis: simbólica (como o discurso estigmatizante), direta (como

as agressões e ataques) e estrutural (como o uso abusivo do poder do Estado). Por sua vez, expressa-se de maneira diferenciada com as mulheres, homens, pessoas não binárias, indígenas e afrodescendentes.

A etnia, idade, orientação sexual, capacidade física, entre outros fatores de identidade, determinam a maneira pela qual essas distintas populações sofrem violência. Na América Latina, é importante que as tentativas para melhorar o estado da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação compreendam como essas formas e níveis de violência se interrelacionam e como se conectam com diferentes identidades.

Metodologia

A Rede Voces del Sur (VdS) monitora, analisa e reporta o estado da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação na América Latina, com metodologia consensual em níveis regionais e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), registrando alertas de violência contra esses direitos fundamentais por meio de 13 indicadores regionais em comum. Esses indicadores foram desenhados colaborativamente pelas OSC que formavam a rede no final de 2018, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em concordância com o Indicador 16.10.1 dos ODS. Os

indicadores e a VdS foram fortalecidos ano após ano por meio da prática e da reflexão, com rigor metodológico e adaptabilidade, segundo as particularidades dos ecossistemas dos meios de comunicação da América Latina.

O êxito da Rede VdS se reflete no crescimento do seu alcance, no refinamento de sua metodologia e no fortalecimento de suas bases de dados, evidenciando o estado dos direitos fundamentais na região.

O Relatório Sombra 2018 constatou o estado desses direitos fundamentais em oito países, enquanto o Relatório Sombra 2021 co-

bre 14 países, com a incorporação de El Salvador pela primeira vez - um passo importante para a ampliação do conhecimento regional sobre a delicada situação nesse país. Em 2021, a rede estabeleceu um décimo terceiro indicador transversal de gênero para fortalecer o monitoramento.

O registro regional em comum que resulta desse trabalho colaborativo se constituiu no mais integral e longitudinal compêndio de dados e estatísticas sobre as diferentes violações que vivem as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação na América Latina.

Indicadores VdS

Os indicadores da VdS servem para documentar e registrar sistematicamente os alertas dos casos verificados

de violência contra a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação. Cada alerta requer um mínimo de informação relevante sobre a situação reportada, incluindo a vítima, o tipo de violação, o autor e a localização geográfica do incidente. As OSC sistematizam esses dados em nível nacional, cada uma com seu próprio sistema de monitoramento adaptado ao seu contexto e experiência. A rede coleta os dados nacionais e os padroniza de acordo com seus indicadores regionais comuns.

O enfoque multinível respeita os sistemas de monitoramento nacional, preservando conhecimentos e nuances das realidades locais que as OSC cultivaram por meio da experiência na área, enquanto a padronização regional permite a coerência e comparabilidade entre os dados

dos distintos países ao longo dos anos, possibilitando a identificação de tendências e padrões que ajudam a compreender melhor o fenômeno da violência contra a imprensa e podem guiar a construção de soluções.

Em concordância com orientações metodológicas dos órgãos de custódia, os indicadores tentam se concentrar nas pessoas, sendo sensíveis ao gênero e aos dados rigorosos, acessíveis, oportunos, confiáveis e desagregados. As definições dos indicadores foram escritas de acordo com o direito internacional e sua operação está inspirada pela Classificação Internacional dos Direitos para Fins Estatísticos do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês).

Os indicadores consideram cada vítima isoladamente, já

que se pode ter mais de uma vítima num mesmo incidente. Os alertas registrados ordenam-se com base na regra do “delito mais grave”, que é comumente aplicada nos crimes e delitos. Se um incidente incorpora elementos de mais de uma categoria do delito, codifica-se a categoria mais grave.

Os alertas se classificam de acordo com 13 indicadores regionais: 12 são únicos e correspondem a diferentes tipos de violência, enquanto o décimo terceiro é o novo indicador transversal de gênero, que é selecionado simultaneamente com um dos 12 indicadores únicos, especificamente se o alerta contém elementos que indiquem discriminação ou violência com base na identidade ou na expressão de gênero ou na orientação sexual da pessoa.



1

Assassinato



2

Tortura



3

Desaparecimento
forçado



4

Detenção arbitrária



5

Sequestro



6

Agressões e
ataques



7

Discurso
estigmatizante



8

Restrições de
acesso à
informação



9

Restrições na
internet



10

Processos penais e
civis



11

Uso abusivo do
poder estatal



12

Marco legal
contrário aos
padrões
internacionais



13

Alerta de gênero

Indicador 16.10.1

Objetivo 16:
Promover
sociedades
justas,
pacíficas e
inclusivas.

Meta 16.10:

Dar garantias de acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com as leis nacionais e os acordos internacionais.

Indicador 16.10.1:

Número de casos verificados de assassinatos, sequestros, desapareções forçadas, detenções arbitrárias e torturas de jornalistas, membros associados dos meios de comunicação, sindicalistas e pessoas defensoras dos direitos humanos, nos últimos 12 meses.

A definição do Indicador 16.10.1 originalmente limitava o monitoramento aos casos em cinco formas extremas de violações às liberdades fundamentais: assassinato, sequestro, desapareção forçada, detenção arbitrária e tortura. Porém, a UNESCO e outras agências que custodiam o indicador, o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em um esforço para melhorar a me-

todo, acordaram em um refinamento do indicador. A redefinição proposta, que serve de base para os indicadores VdS, é a seguinte:

Número de casos verificados de assassinatos, desapareção forçada, tortura, detenção arbitrária, sequestro e outros atos lesivos contra jornalistas, trabalhadores dos meios de comunicação, sindicalistas e pessoas defensoras dos direitos humanos.

Ao acrescentar “outros atos lesivos”, o indicador revisado permite evidenciar as diferentes violações contra a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito à informação. Por exemplo, restrições no acesso à informação, agressões e ataques, discurso estigmatizante, processos judiciais, marco jurídico contrário aos padrões, uso abusivo do poder estatal e restrições na internet.

O monitoramento e o Relatório Sombra da VdS se concentram especificamente nas pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação, e nos meios em si. A rede não monitora nem reporta casos de violações contra sindicalistas ou pessoas defensoras dos direitos humanos fora do contexto dos meios de comunicação.

Perspectiva de gênero e diversidade

Pela primeira vez, a VdS integra um enfoque de gênero não binário e interseccional no seu monitoramento.

O conceito de “gênero” refere-se a todas as pessoas ao longo do espectro, desconstruindo o enfoque binário tradicional, estudando o tópico como um fator inseparável das questões de raça, etnia, nível socioeconômico, limitações e idade, dentre outros fatores de identidade que afetam o privilégio e a vulnerabilidade das pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação. Busca-se facilitar a análise dos efeitos que essas violências podem ter em diferentes grupos da população.

Além dos perigos da profissão jornalística, são observados atos de violência e dis-

criminação ligados ao gênero e às categorias sociais que se cruzam e geram efeitos diferenciados que devem ser documentados e entendidos de maneira adequada.

O Relatório Sombra 2021 tenta usar uma linguagem inclusiva com o objetivo de democratizar a comunicação e evitar uma linguagem não inclusiva que possa gerar estigmas, prejuízos e estereótipos. Busca-se, por meio da linguagem, dar visibilidade a todas as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação ao longo do espectro de gênero. O estado da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão e do direito de acesso à informação é estudado a partir de uma perspectiva de gênero e inclusão, analisando os efeitos diferenciados das violações contra as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação

que pertencem a diferentes grupos de população, considerando sua identidade de gênero, raça, etnia, nível socioeconômico e idade, entre outros fatores.

Limitações

O Relatório Sombra padroniza os dados de monitoramento que as OSC pertencentes à rede fazem em nível nacional, construindo uma base de dados regional com uma metodologia comum, organizada de acordo com 12 indicadores únicos e um décimo terceiro indicador transversal. O processo reduz a especificidade e complexidade do monitoramento e a análise que faz cada OSC no seu respectivo país. A perspectiva regional facilita a análise comparativa e o monitoramento do ODS 16, Meta 16.10, Indicador 16.10.1 na América Latina, mas também surgem discrepâncias

entre os dados contidos no Relatório Sombra e os dados nos receptores independentes nacionais. Ao estudar a situação de um grupo de países, recomenda-se complementar o Relatório Sombra com os relatórios nacionais.

Além disso, o Indicador 16.10.1 é sensível à subnotificação. Em certa medida, o número de alertas registrados depende da capacidade de monitorar e reportar de cada organização da sociedade civil. Especialmente em contextos autoritários, é possível haver uma baixa taxa de denúncias por medo de represálias. É importante notar que a baixa taxa de denúncias é mais grave quando se integram os efeitos diferenciados que as violências possam ter sobre uma pessoa que pertence a grupos em situação de vulnerabilidade ou exclusão.

Em 2021, a VdS criou um décimo terceiro indicador transversal de gênero, estabelecendo diretrizes para dividir os indicadores a partir de uma perspectiva de gênero e inclusão. No entanto, nem todas as OSC implementaram a divisão no seu monitoramento. Ainda assim, as violências diferenciadas que sofrem as mulheres jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação foram mais visíveis na região e melhoraram a disponibilidade de evidências sobre essas violências. Não obstante, manteve-se um grande vácuo de informação sobre as violências cometidas contra jornalistas pertencentes à população LGBTQI+, indígenas, afrodescendentes e outros grupos em situação de exclusão ou vulnerabilidade.

Três das organizações (ARTICLE 19 no México, C-Libre em Honduras e Abraji no

Brasil) começaram a documentar os alertas a partir de uma abordagem de gênero com perspectiva não binária.

As diferenças na informação disponível entre organizações dificulta uma análise comparativa. Deve-se melhorar a integração da perspectiva de gênero e inclusão, incorporando a separação de dados pela idade, etnia, orientação sexual, entre outros, para fazer uma análise interseccional sobre as diferentes situações. Um dos principais desafios é desenvolver o critério metodológico para compreender se uma violação de direitos fundamentais é produzida pelo gênero ou orientação sexual da vítima.

Análise Regional

"A falta de dados sobre violências diferenciadas impede o progresso no ODS 16.10.1 na América Latina"

As violências em diferentes formas são o principal obstáculo para a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação na América Latina. A violência discursiva, que pode se manifestar simbolicamente, e no caso do discurso estigmatizante é mais direta, justifica outros tipos de violência, como as agressões e ataques físicos, e, no limite, os assassinatos, e a violência estrutural, que se refere ao uso abusivo do poder estatal, os marcos jurídicos contrários aos padrões internacionais, e ou-

tras formas de instrumentalizar as instituições contra os direitos fundamentais. É notório que os Estados são, por ação e omissão, os principais autores dessas violências contra pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação. Enquanto essa realidade durar, o resultado do Indicador 16.10.1, da Meta 16.10, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16, será sombrio na região.



Começa-se a reconhecer que as violências se exercem de maneira

diferenciada em direção a mulheres, homens e pessoas não binárias. A etnia, idade, orientação sexual, capacidade física, entre outros fatores de identidade, condicionam a maneira com que distintas populações experimentam diferentes tipos de violência.

Em 2021, nove dos 12 países monitorados para os quais existem dados desagregados comparativos de 2020 mostraram elevação nos alertas por violência contra mulheres jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação. Argentina, Brasil, Cuba, Equador, Honduras, Peru e Uruguai registraram um aumento de mais de 50%.

Entre os alertas que documentam vítimas mulheres, destaca-se o uso de discursos estigmatizantes, como, por exemplo, questionamentos sobre a capacidade intelectual e profissional para o jornalismo, e comentários sobre aparências físicas e

sexualidade. Essa violência simbólica é usada frequentemente contra as mulheres e pessoas não binárias.

A discriminação e exclusão também se manifestam quase exclusivamente contra as pessoas jornalistas e trabalhadoras de meios de comunicação mulheres e não binárias. Ainda que a presença das mulheres e pessoas não binárias nos meios de comunicação tenha aumentado, sua participação segue restrita, especialmente nos cargos de direção.

Também foi apontado que existe violência contra as mulheres e pessoas não binárias dentro dos meios de comunicação, por meio do assédio laboral e sexual, embora não se registre o suficiente.

A igualdade de gênero e o respeito à diversidade devem ser referências para o

fortalecimento da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação, que são pilares fundamentais da democracia e da paz.



É indispensável promover a igualdade de oportunidades dentro das redações e mecanismos de proteção diferenciados para pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação mulheres, não binárias, indígenas, afrodescendentes, entre outras identidades e condições, para avançar significativamente com o Indicador 16.10.1, desenvolvendo ecossistemas midiáticos plurais e inclusivos a serviço do interesse público.

O cumprimento do ODS 16 requer, além da ausência da repressão e censura, que as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação possam exercer seu trabalho

com estabilidade psicossocial, sustentabilidade financeira, independência editorial e melhores oportunidades para o crescimento profissional.

O Relatório Sombra 2021, produto de um monitoramento sistemático e metodologicamente rigoroso da Rede VdS, contribui para a consolidação de uma base de evidência que pode apontar para um melhor entendimento e, portanto, uma melhor resposta diante dos efeitos diferenciados das violências contra a imprensa na América Latina. À medida que as mulheres, pessoas não binárias, indígenas e afrodescendentes continuam ganhando espaço nos meios de comunicação, deve-se desenhar soluções para suas prioridades particulares, de acordo com as características específicas das violências

que se exercem sobre distintos grupos.

As violências de gênero e as discriminações por motivos de raça, etnia, idade, orientação sexual, incapacidade, entre outras, para pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação são uma realidade na América Latina, apesar de existirem limitações nos sistemas de coleta de dados e estatísticas desagregadas que documentam os efeitos diferenciados das violações. O sistema de dados e estatísticas sobre as violações dos direitos fundamentais deve preencher esse vazio para se estabelecer efetivamente uma perspectiva de gênero e inclusão. Faz-se necessário saber identificar quando uma violação dos direitos fundamentais se cruza com violações de gênero e discriminação, para documentar e analisar as consequências

devidamente. Dessa forma se pode ajudar a prevenir e abordar as violências a partir da inclusão e da diversidade.

A incorporação do indicador transversal de gênero no monitoramento da rede é um passo na direção correta, já que dará informação sobre alguns efeitos diferenciados. No entanto, a falta de estatística desagregadas afeta também a informação disponível sobre violências contra jornalistas da população LGBTQI+, pessoas indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, entre outras. Os esforços até agora feitos por algumas organizações que formam a rede demonstram que essas populações são afetadas por discursos de ódio, especialmente no espaço virtual.

Qualquer tentativa de melhorar a situação dos direitos fundamentais na Amé-

rica Latina para cumprir a Meta 16.10 do ODS deve compreender como as diferentes formas e níveis de violência se conectam entre si e, por sua vez, como se cruzam com diversas identidades.

MAPA DE ALERTAS POR REGIÃO 2021



Resultados regionais: um panorama sombrio

Em 2021, a Rede VdS registrou 4930 alertas por violações à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa e ao direito de acesso à informação, em 14 países da América Latina. Em média, foram registrados 14 alertas por dia, ou seja, um a cada duas horas. Em oito dos 13 países monitorados nos quais existem dados comparativos de 2020, observa-se um aumento de alertas registrados por violência contra pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação.

Os índices que mais cresceram foram registrados em:

Cuba	▲228%
Nicarágua	▲149%
Uruguai	▲89%
Equador	▲80%
Argentina	▲52%

Peru	▲35%
Brasil	▲29%
Colômbia	▲28%

Em quase toda a região observa-se um panorama sombrio em torno dos direitos fundamentais e do cumprimento do ODS 16.

Como em 2018 (55%), 2019 (77%) e 2020 (59%), a maioria dos alertas em 2021 (72%) identifica o Estado como agressor.



Os Estados, em teoria garantidores dos direitos humanos, são, por ação ou por omissão, uma grande ameaça enfrentada pelas pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação. Dos 13 indicadores monito-

rados, os de maior aumento foram:

Os indicadores com maior crescimento	
 Prisões arbitrárias	▲198%
 Uso abusivo do poder estatal	▲193%
 Discurso estigmatizante	▲83%
 Restrições ao acesso à informação	▲50%
 Agressões e ataques	▲18%

Essas formas de violência são exercidas principalmente pelas instituições do Estado. Os dados confirmam, de maneira inequívoca, a deterioração da situação dos direitos fundamentais na região.

Em 2021, a situação da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação continuou se deteriorando no Uruguai, especialmente com o aumento de 450% de alertas de discurso estigmatizante e 400% de ações civis e penais contra jornalistas.

▲450%  Discurso estigmatizante	▲400%  Ações civis e penais
--	--

A liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação continuaram se deteriorando no Uruguai em 2021.

Nos primeiros anos do monitoramento, o país era considerado um bastião em matéria da proteção dos direitos fundamentais. O governo do presidente Luis Lacalle Pou forneceu um ambiente antagônico à imprensa. O Peru também passou do exemplo na região a registrar uma piora significativa em relação ao início do acompanhamento da VdS em 2018. À épo-

ca, foram registrados 13 alertas. Foram 15 em 2019, 57 em 2020 e 77 em 2021.

Alertas registrados no Peru

2018	13
2019	15
2020	57
2021	77

A deterioração estrutural é preocupante num país com história relativamente recente de ditadura e violência armada. Na Argentina, o primeiro ano do governo de Alberto Fernández coincidiu com uma diminuição da quantidade de alertas registrados, de 84 em 2019 para 48 em 2020. A situação ficou pior em 2021, com 73 alertas, um aumento de 500% e 200% no uso abusivo do poder estatal e no discurso estigmatizante, em meio à polarização política.

▲500%



Uso abusivo do poder estatal

▲200%



Discurso estigmatizante

A situação na Argentina piorou em 2021 com 73 alertas e com aumentos de 500% e 200% no uso abusivo do poder estatal e no discurso estigmatizante.

Preocupa a deterioração nos países nos quais a situação tinha sido caracterizada por ser relativamente forte.

Na Bolívia, o governo de Luis Arce se mostrou inicialmente cauteloso em sua relação com a imprensa, contribuindo com uma redução de 33% de alertas registrados em 2021. Entretanto, o aumento dos alertas no final do ano revela que o governo começa a incomodar o exercício fiscalizador da imprensa independente.



jan fev mar abr mai jun jul ago set out nov dez

No Equador, os alertas em 2021 aumentaram 80% ante a 2020, com muitas violações realizadas por funcionários públicos de nível médio nas diferentes instituições do Estado.

▲80%

Alertas no Equador em
comparação a 2020

A estigmatização, que começou com o governo de Rafael Correa, não foi contida durante a administração de Lenín Moreno e continua se manifestando sob o mandato do presidente Guillermo Lasso. No Brasil, os alertas seguem aumentando ano após ano, de 130 em 2019 a 419 em 2020 e 541 em 2021.

Alertas registrados no Brasil

2019	130
2020	419
2021	541

Os três países são exemplos de que a estigmatização do trabalho das pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação pode contribuir para deteriorar a situação dos direitos fundamentais de forma acelerada. O legado da estigmatização perdura embora os governos mudem, pois penetra nas estruturas sociais e políticas dos países.

No México, o número de alertas diminuiu 10%¹, embora 2021 tenha sido o primeiro ano em que pelo menos um alerta foi registrado em todas as regiões do país.

Na Colômbia, o número total de alertas aumentou em 28%. Os níveis críticos de violência direta continuam a ser um trágico ponto em comum entre os dois países.

Foram registrados nove assassinatos de pessoas jor-

¹ Apesar de a ARTICLE 19 ter registrado um número menor de alertas de 2020 a 2021, nos primeiros três anos do atual mandato, a organização documentou 1053 alertas. Ou seja, os primeiros três anos do governo de Lopez Obrador representam quase 85% mais ataques contra a imprensa mexicana quando comparados aos primeiros três anos do mandato anterior.

nalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação no México e um na Colômbia.

Guatemala e Honduras também registraram reduções no número total de alertas de 74% e 44% respectivamente, mas com altos níveis de violência direta.

Em cada um desses dois países da América Central foi registrado um assassinato, e nos dois países foi alta a incidência das agressões e ataques.



Registros de assassinatos

México	9
Colômbia	1
Guatemala	1
Honduras	1

Na Colômbia, mais de 80% dos alertas são de agressões e ataques, no México 65%, em Honduras 62% e na Guatemala 45%.

Cuba e Nicarágua estão entre os três países que registraram os aumentos mais dramáticos nos alertas por violações contra a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação entre os 13 países monitorados com dados comparativos de 2020. Na Nicarágua, 92% dos alertas identificam o Estado como o autor, no entanto em Cuba essa cifra sobe para 99%.

O Estado identificado como agressor

Cuba	99%
Nicarágua	92%

Cuba teve um aumento de 425% em alertas correspondentes às prisões arbitrárias e 614% nas restrições ao acesso à informação. Na Nicarágua, os alertas relacionados ao uso abusivo do poder estatal subiram 815%. A Venezuela apontou para uma

diminuição de 11% nos alertas totais.

▼11%
Alertas na Venezuela em
comparação a 2021

Isso não significa que a situação tenha melhorado em níveis estruturais, mas que o ecossistema venezuelano aprofundou estratégias de adaptação ao contexto repressivo.

Embora El Salvador tenha sido incluído pela primeira vez neste quarto Relatório Sombra, são observadas tendências inquietantes para a violência estrutural: 53% dos alertas correspondem às restrições ao acesso à informação e 37% a agressões e ataques. 67% identificam o Estado como agressor.

Tendências preocupantes em El Salvador

 Restrições ao acesso à informação	53%
 Agressões e ataques	37%

Registraram-se 165 alertas correspondentes ao décimo terceiro indicador da VdS - o indicador transversal de gênero - nos 11 países em que organizações vinculadas à VdS registraram o monitoramento diferenciado.



Foram registrados **165** alertas do indicador transversal de gênero.

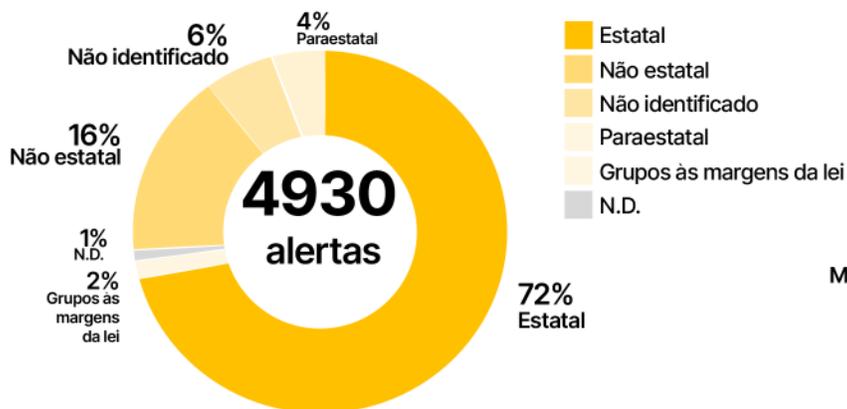
O país com maior número de alertas de gênero foi o Brasil (50), seguido do Equador (42), México (40), Uruguai (8), Colômbia (7), Venezuela (7), Guatemala (4), Nicarágua (3), Argentina (2), El Salvador (1)

e Peru (1). Dos 165 alertas de gênero, 76 (44%) correspondem ao discurso estigmatizante, 68 (42%) a agressões e ataques, oito (5%) a processos civis e penais, seis (4%) ao acesso à informação, três (2%) a restrições na internet, dois (1%) ao uso abusivo do poder estatal, um (1%) a prisão arbitrária e um (1%) a assassinato.

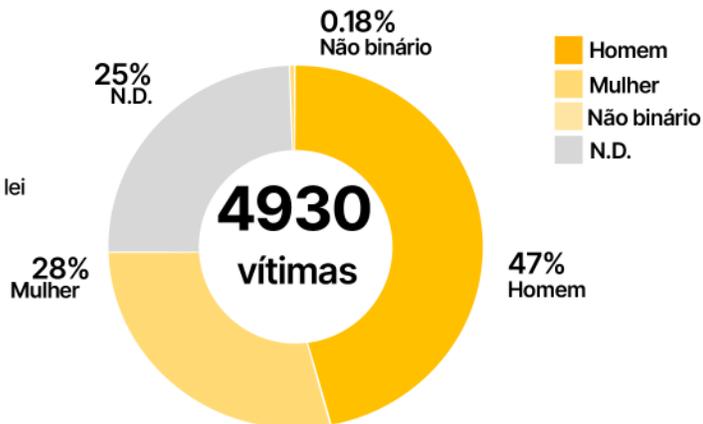
* Indicador de gênero	
Brasil	50
Equador	42
México	40
Uruguai	8
Colômbia	7
Venezuela	7
Guatemala	4
Nicarágua	3
Argentina	2
El Salvador	1
Peru	1
Total	165

Indicadores a nível regional

Distribuição por agressor



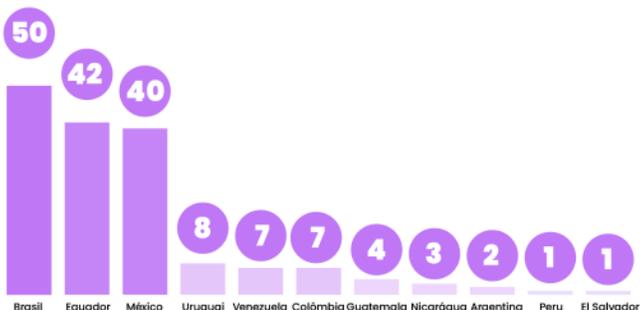
Distribuição por gênero



Porcentagem total de alertas por tipo de agressão 2021



Países com Alertas de Gênero



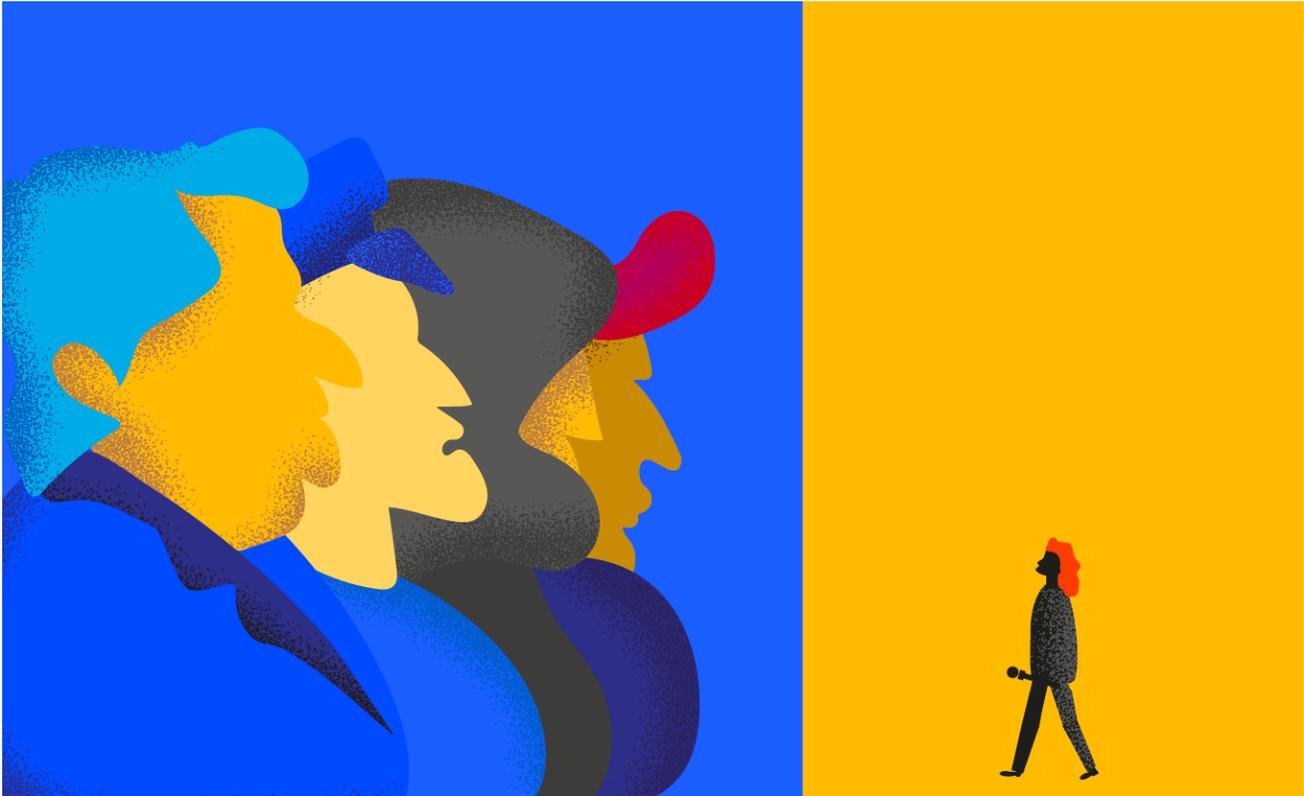
Indicador com Alertas de Gênero



Variação regional entre os anos

		2018	2019	2020	2021
Argentina	Alertas	51	84 ▲	48 ▼	73 ▲
	% variação anual		65%	-42%	52%
Bolívia	Alertas	65	162 ▲	117 ▼	77 ▼
	% variação anual		149%	-28%	-33%
Brasil	Alertas		130	419 ▲	541 ▲
	% variação anual			222%	29%
Colômbia	Alertas			499 ▲	638 ▲
	% variação anual				28%
Cuba	Alertas			344	1129 ▲
	% variação anual				228%
Equador	Alertas	83	197 ▲	129 ▼	232 ▲
	% variação anual		137%	-35%	80%
El Salvador	Alertas				219
	% variação anual				
Guatemala	Alertas			112	29 ▼
	% variação anual				-74%
Honduras	Alertas	80	131 ▲	117 ▼	66 ▼
	% variação anual		64%	-11%	-44%
México	Alertas			692	626 ▼
	% variação anual				-10%
Nicarágua	Alertas	234	1267 ▲	282 ▼	701 ▲
	% variação anual		441%	-78%	149%
Peru	Alertas	13	15 ▲	57 ▲	77 ▲
	% variação anual		15%	280%	35%
Uruguai	Alertas	12	26 ▲	37 ▲	70 ▲
	% variação anual		117%	42%	89%
Venezuela	Alertas	196	744 ▲	510 ▼	452 ▼
	% variação anual		280%	-31%	-11%
Total	Alertas	734	2756 ▲	3363 ▲	4930 ▲
	% variação anual		275%	22%	47%

Argentina



Polarização incita violência contra os meios de comunicação

Na Argentina, as liberdades fundamentais encontram-se deterioradas, e o principal eixo é a estigmatização do trabalho das pessoas jornalistas em meio à polarização política. Em 2021, a FOPEA, representante da rede no país, contabilizou um total de 73 alertas, 52% a mais do que no ano de 2020. 45%

são de agressões e ataques, 26% de processos civis e penais e 12% de discurso estigmatizante. O crescimento de 50% nas agressões e ataques entre 2020 e 2021 acende o alerta sobre a normalização da violência.

Entre esses ataques, houve vários casos representa-

tivos. Um grupo de nove encapuzados jogou coquetéis molotov contra o edifício emblemático do Grupo Clarín. Em outro incidente, um grupo de aproximadamente 100 pessoas, posteriormente identificadas como sindicalistas, vandalizou propriedades e ameaçou jornalistas do jornal Rio Negro.

Em 2021, as autoridades da província de Formosa continuaram assediando jornalistas que realizavam a cobertura sobre a resposta estatal à pandemia de covid-19. A polícia apelou à intimidação, detenções de curto prazo e campanhas de estigmatização e, durante manifestações públicas, jornalistas foram objeto de perseguição por parte das autoridades.

Com o Estado como principal agressor, preocupa a estigmatização e a criminalização

A FOPEA considera que “há um processo de deterioração e mutação das formas de ataques à liberdade de expressão” em que já se normaliza que exista um antagonismo violento em direção à imprensa. O Estado foi identificado como agressor em 63% dos alertas em 2021. Os alertas relacionados ao uso abusivo do poder estatal aumentaram 500%, enquanto propostas de leis (marcos jurídicos) contrários às prisões arbitrárias cresceram 50%.

O projeto de reforma da Lei Orgânica do Ministério Público Fiscal poderia aumentar o assédio judicial contra jornalistas, ao facilitar afiliações políticas de integrantes do Ministério Público e

estabelecer que promotores se tornassem dependentes de políticas circunstanciais.

O abuso do poder estatal, o aumento de ações judiciais contra jornalistas e o discurso estigmatizante do poder também ocorrem em níveis provinciais. A organização argentina também manifestou preocupação com as declarações do prefeito da Villa de Merlo, Juan Álvarez Pinto, contra a jornalista Vaniña García, da rádio Lafinur FM. O prefeito a chamou de “mentirosa”, em um ato lesivo à credibilidade da repórter. Essas tendências debilitam a situação das liberdades fundamentais na Argentina e buscam silenciar as pessoas jornalistas.

Os alertas em relação ao discurso estigmatizante cresceram 200%. No ambiente virtual, a hostilização já começa a ser contínua e “nor-

malizada” dentro do país, o que abre as portas para outros tipos de agressões, tornando-se “um terreno fértil” para que pessoas ligadas aos partidos políticos agridam jornalistas. A retórica estatal também estimula um confronto com jornalistas nas ruas, à medida que identifica a pessoa jornalista como representante dos interesses dos grupos econômicos que controlam os meios de comunicação, formando “bandos” nos quais o “partido” é “o bom” e as pessoas jornalistas e meios de comunicação, “os maus”. A criminalização contra os jornalistas se mantém como uma das principais ameaças ao exercício da profissão.

Foram registradas pelo menos 19 denúncias com relação à judicialização e a processos civis e penais contra jornalistas. O jornalista Daniel Santoro foi pro-

cessado criminalmente pelo terceiro ano consecutivo, acusado de tentativa de extorsão. Santoro explicou que as imputações derivam de seus relacionamentos com uma fonte jornalística, o que mostra a falta de compreensão do trabalho do repórter por parte das autoridades.

Perspectiva de gênero e diversidade

Em 2021, foram registrados 15 alertas contra mulheres jornalistas (um aumento anual de 88%) e 47 contra homens (um aumento anual de 47%).

As agressões e ataques foram o tipo de violação mais significativo contra mulheres jornalistas. A FOPEA chamou atenção para dois alertas de gênero, os dois por abuso sexual na província de Tucumán. Nesses casos, dois

militantes partidários agrediram sexualmente as jornalistas Carolina Ponce de León e Mariana Romero, na Casa de Governo, enquanto as duas faziam seus trabalhos jornalísticos. Como consequência, um novo diálogo foi aberto na Argentina sobre a violência contra as mulheres jornalistas, que foi normalizada e invisibilizada pela falta de denúncias e sistemas seguros de proteção às vítimas. Em níveis institucionais, a nova Lei de Igualdade de Gênero nos Meios de Comunicação foi aprovada pelo governo em julho de 2021. A legislação tem como objetivo promover a igualdade dos direitos, oportunidades e o tratamento das pessoas nos meios de comunicação, sem se importar com sua identidade de gênero ou orientação sexual. O novo dispositivo legal busca também promover uma paridade na participação de

mulheres jornalistas e jornalistas trans, gerando uma conscientização sobre a necessidade de ter em conta os efeitos diferenciados das violências contra os jornalistas. A FOPEA registrou dois alertas correspondentes ao indicador transversal de gênero, um por acesso à informação e outro por agressões e ataques.

Recomendações

O Estado é o principal obstáculo para o cumprimento do ODS 16.10.1 na Argentina, quando deveria ser seu garantidor. O trabalho dos meios de comunicação tem tido um papel imprescindível na consolidação da democracia na Argentina; portanto, a estigmatização e os ataques debilitam seu funcionamento, criando censura e medo nas pessoas jornalistas. A polarização é claramente uma ameaça exis-

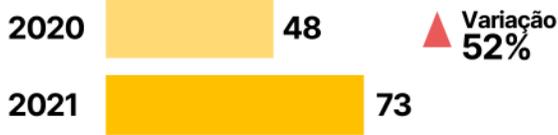
tencial à democracia, ao desenvolvimento sustentável e às liberdades fundamentais. Como tal, tanto as autoridades como as organizações e a sociedade em geral, devem comprometer-se a proteger o exercício jornalístico acima das agendas sectárias. Nesse sentido, é necessário que se forme e consolide o apoio efetivo para que a sociedade civil possa cumprir diferentes papéis, incluindo monitorar as liberdades fundamentais e promover condições e ambientes seguros, sadios, próprios para o exercício do jornalismo. As prioridades incluem mobilizar a opinião pública para exigir que o Estado desista de estigmatizar e criminalizar e assegurar que as pessoas jornalistas que enfrentam processos legais e maliciosos tenham acompanhamento integral adequado.

É importante fortalecer o apoio para o desenvolvimento e a produção de jornalismo de interesse público, incluindo abordagens que sirvam para incluir amplamente o espectro de gênero nas novas narrativas, lideranças editoriais e diversidades de fontes. O jornalismo de interesse público deve ser diverso, inclusivo e plural por definição. Mesmo assim, deve-se continuar a fortalecer o monitoramento das violências contra as pessoas jornalistas com o enfoque de gênero. Ao colher e analisar os dados, uma base de evidências rigorosa está sendo construída para compreender melhor e mitigar os efeitos diferenciados da violência contra jornalistas. Isso pode contribuir para que as autoridades, a sociedade civil e outros atores relevantes assumam seus respectivos papéis para proteger as mulheres jornalistas e jor-

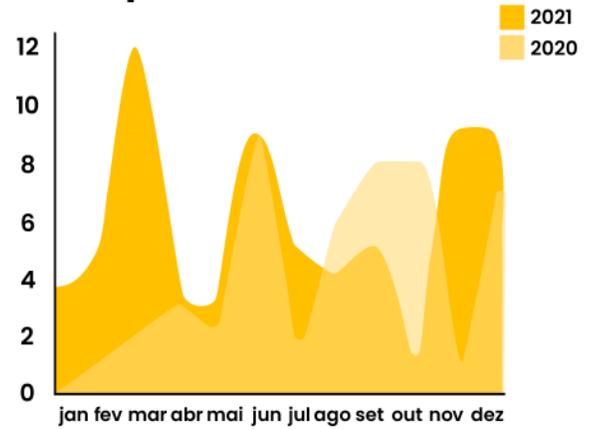
nalistas da população LGBTQI+, especialmente diante da violência severa como o abuso sexual, e para investigar e processar os casos para que a justiça seja feita.

Argentina

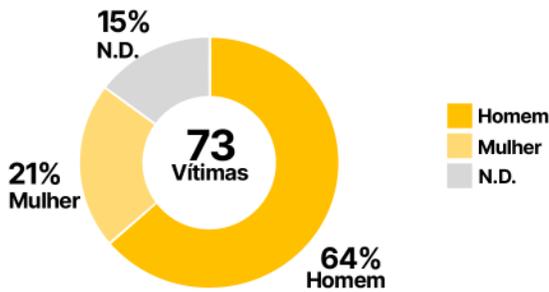
Alertas por ano



Alertas por mês



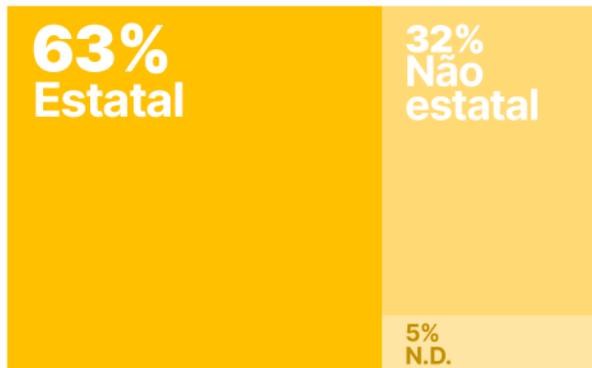
Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **73**
♀ Alertas de gênero **2**

Agressores



Agressões e ataques



Processos civis e penais



Discurso estigmatizante



Uso abusivo do poder estatal



Detenção arbitrária



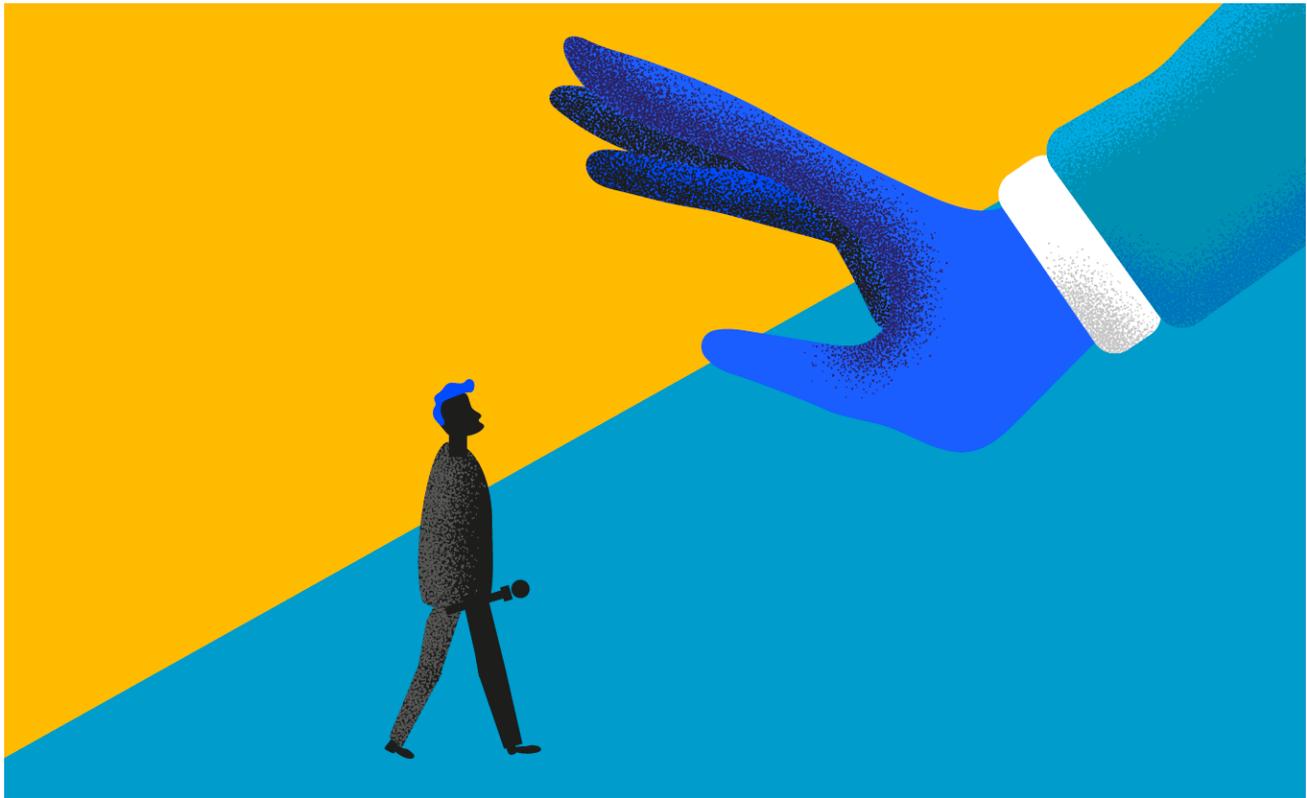
Marco jurídico contrário aos padrões internacionais



Acesso à informação



Bolívia



As liberdades fundamentais já incomodam o governo de Luis Arce

A liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito ao acesso à informação continuam sob ameaça na Bolívia durante o governo de Luis Arce, tal como estiveram durante os quase 14 anos de Evo Morales. Ainda que, no início de seu mandato, tenha se mostrado cau-

teloso na relação com a imprensa, os dados indicam que o jornalismo já começa a incomodar também o governo Arce e seus seguidores. Os 77 alertas registrados em 2021 pela Unidade de Monitoramento da Asociación Nacional de la Prensa de Bolivia (ANP), parceira da Rede VdS,

apresentam uma redução de 33% se comparados a 2020. Porém, a situação do ODS 16.10.1 na Bolívia, em 2021, está marcada por dois fatos altamente preocupantes: 71% dos alertas foram registrados no segundo semestre e 53% identificam agentes estatais ou paraestatais como os agressores.

Estigmatização, assédio e violência: pilares do abuso do poder

Na Bolívia, com frequência, foram registrados ataques verbais contra a imprensa a partir das instituições do governo. Em 2021, houve um aumento de 100% nos alertas correspondentes ao indicador discurso estigmatizante. Em particular, a Procuradoria Geral do Estado, que usa as redes sociais para atacar os meios de comunicação independentes, os quais acu-

sa de enganar, mentir, distorcer e manipular. Por sua vez, militantes do oficialismo reproduzem o discurso estigmatizante das autoridades em ódio e ações violentas. A maioria dos alertas de 2021 (54%) corresponde a ataques e a agressões. Os dados refletem um aumento da violência nas zonas de conflito vinculadas à invasão de terras e ao cultivo da folha da coca. No dia 28 de outubro de 2021, seis pessoas trabalhadoras dos meios de comunicação no departamento de Santa Cruz foram vítimas de sequestro, tortura e ameaças de morte durante sete horas, ataque perpetrado por um grupo de encapuzados que ocupava ilegalmente um terreno na província de Guarayos.

Além disso, foram reportados outros casos de violência extrema na região de Yungas, incluindo um ataque

com explosivos às equipes de imprensa que cobriam os enfrentamentos entre produtores da folha da coca e o sequestro e retenção dos equipamentos de trabalho de um correspondente da rádio que cobria um protesto de caminhoneiros.

Em 2021, a ANP reportou um aumento de 100% nas restrições de acesso à informação e 150% no marco jurídico contrário aos padrões internacionais, além de três alertas de uso abusivo do poder estatal e um de processo judicial, demonstrando que o Estado está sendo instrumentalizado para calar o jornalismo independente. É preocupante que o Ministério Público tenha convocado a diretora da rádio Yungas, Eliana Ayaviri, e o diretor da rádio FM Bolívia, Galo Hubner, na condição de testemunhas no caso da morte de um policial, e também

a convocação, feita por um promotor, de um jornalista investigativo do jornal El Deber, também na qualidade de testemunha em uma apuração sobre o uso de bens apreendidos para apoiar grupos de choque do partido governante. Esse assédio a partir das instituições chamadas de garantidoras da justiça e, portanto, da paz, da liberdade e da democracia, é particularmente perverso.

Perspectiva de gênero e diversidade

Os 10% e 38% dos alertas registrados pela ANP em 2021 se relacionam com fatos de violência contra jornalistas mulheres e homens, respectivamente. 88% dos alertas por violência contra mulheres jornalistas foram agressões e ataques. A violência contra os jornalistas na Bolívia foi normalizada por meio de um sistema

de intimidação por parte do Estado. Como resultado, foi estabelecido o medo de denunciar, que afeta a melhora na disponibilidade de dados sobre os efeitos diferenciados das violências contra jornalistas. Além disso, a discriminação generalizada contra a população LGBTQI+ no país atinge a possibilidade dos registros de ataques contra jornalistas da diversidade sexual. Entre os alertas, foram registrados casos de violência extrema contra mulheres jornalistas.

Dentro do grupo de pessoas jornalistas sequestradas e torturadas em outubro, havia uma jornalista mulher. Houve também o caso de uma jornalista que quase foi linchada durante os protestos de novembro em La Paz.

É evidente que as violências de gênero contra jornalistas estão gerando ciclos vicio-

sos de reforços mútuos que aumentam a vulnerabilidade e riscos para as mulheres e para a população LGBTQI+. É necessário seguir monitorando para entender e mitigar melhor o problema. A ANP não registrou alertas correspondentes ao indicador transversal de gênero.

Recomendações

O panorama referente ao ODS 16.10.1 na Bolívia é difícil. A estigmatização, o assédio e a violência, que têm origem nas altas esferas do poder, debilitam o ecossistema de pessoas e organizações dedicadas a promover e defender a liberdade da imprensa, a liberdade de expressão, o direito de acesso à informação e a produzir jornalismo de qualidade, a serviço do interesse público. Essas tendências podem ser revertidas, fortalecendo as organizações e programas

que monitoram, documentam e acompanham essas violações. O acompanhamento e a solidariedade ativa da comunidade internacional são importantes. No caso dos sequestros em Santa Cruz, a pressão articulada gerou indignação pública e favoreceu a libertação das vítimas.

Deve-se seguir promovendo a incidência sobre o papel dos direitos fundamentais no desenvolvimento sustentável como pilar da paz e da democracia, e assim manter o interesse dos cidadãos e da comunidade internacional sobre esses assuntos. Fica demonstrado que a pressão pública pode incidir efetivamente na atuação do Estado diante dos ataques contra os jornalistas.

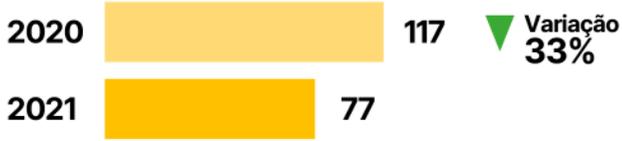
É indispensável investir em mais recursos de cooperação internacional e filantropia privada tanto em desenvolvi-

mento e na produção de jornalismo de interesse público como no trabalho catalisador da sociedade civil, que busca assegurar condições e ambientes seguros, sadios e propícios para aqueles que exercem jornalismo e para suas audiências. Esse investimento daria lugar a iniciativas e soluções, por exemplo, para fortalecer a coleta e análise de dados sobre ataques a jornalistas com abordagem de gênero, promover a inovação, inclusão e diversidade no jornalismo e o desenvolvimento do setor dos meios de comunicação de interesse público, melhorar a capacidade das audiências, acompanhar legalmente as pessoas jornalistas que enfrentam processos maliciosos e projetar campanhas efetivas e inovadoras para posicionar o apreço pelo jornalismo de interesse público como parte da cultura democrática. Essas e outras

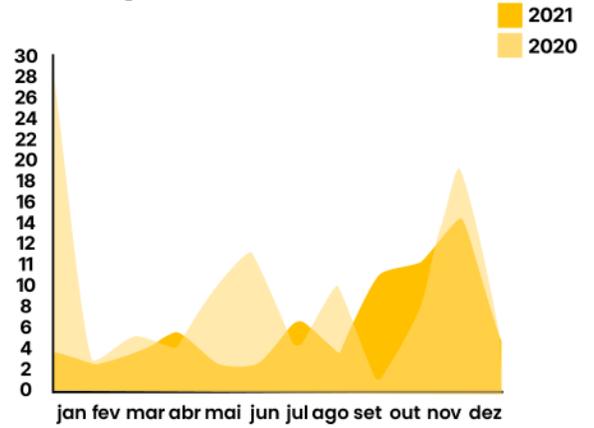
abordagens diversas e ousadas são necessárias para superar os grandes obstáculos que a Bolívia enfrenta em relação ao ODS 16.10.1.

Bolívia

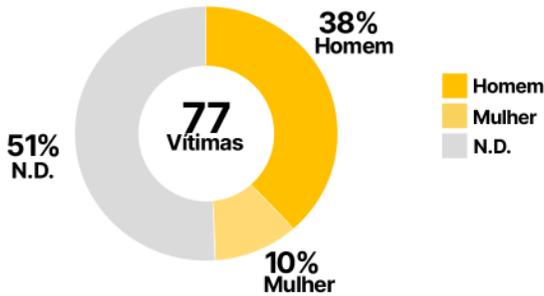
Alertas por ano



Alertas por mês



Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **77**

Agressões e ataques

42

Agressores



Detenção arbitrária



1

Processos civis e penais



1

Restrições na internet



1

Uso abusivo do poder estatal



3

Marco jurídico contrário aos padrões internacionais



5

Sequestro



6

Acesso à informação



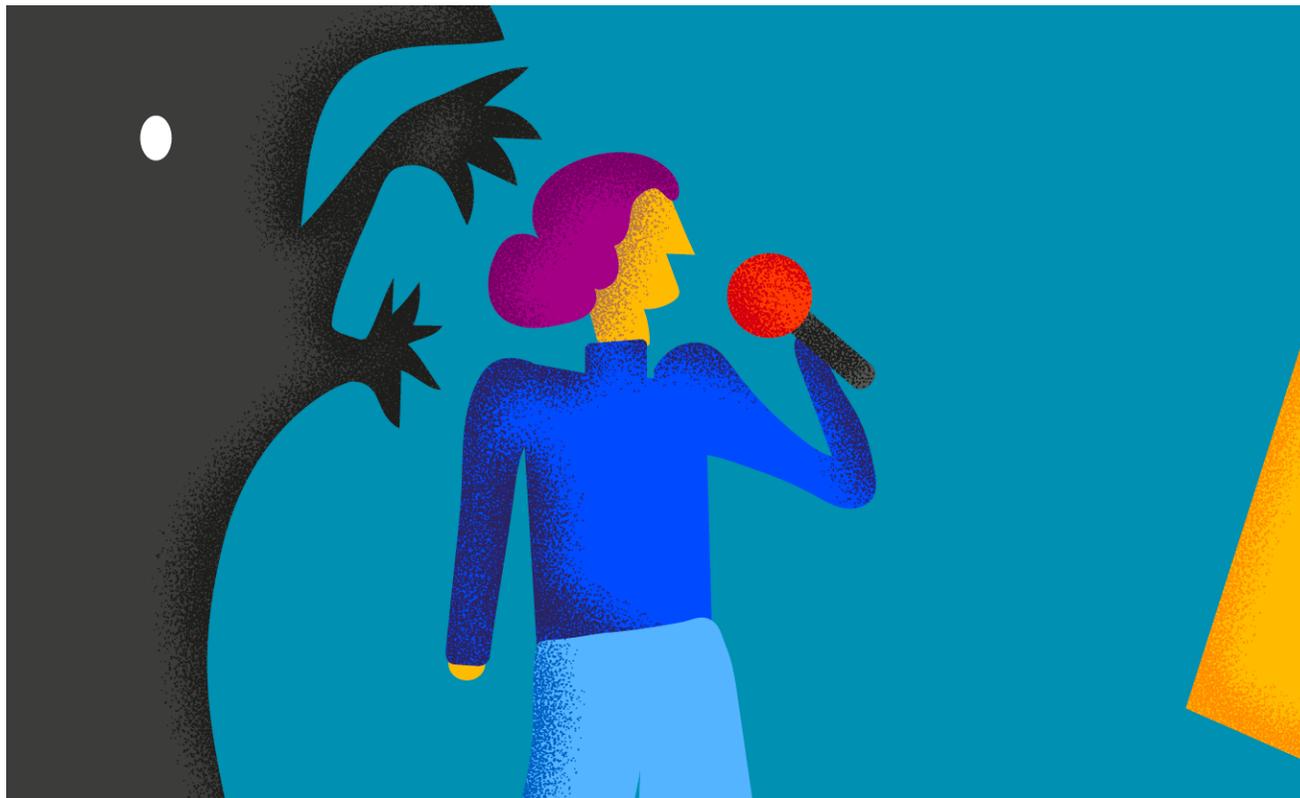
8

Discurso estigmatizante



10

Brasil



Preocupante aumento de ataques contra a liberdade de expressão

Sob o terceiro ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro, a situação da imprensa no Brasil foi severamente prejudicada pela estigmatização capitaneada pelo chefe do Poder Executivo e seus apoiadores, que vêem as pessoas jornalistas como inimigas. Em 2021, a

Abraji, que faz parte da VdS, identificou 541 alertas - um aumento de 29% quando comparado ao ano anterior.

Agentes estatais foram identificados como agressores em 73% dos alertas. O ambiente político e funcionários estatais seguem o exemplo

do presidente: usando o discurso estigmatizante como uma arma de agressão direta contra os jornalistas - seja pelas redes sociais ou pelos espaços de expressão físicos como entrevistas, coletivas de imprensa, entre outros.

Outra tendência alarmante é o discurso estigmatizante que encoraja outros tipos de ataques, sejam violências físicas e verbais ou assédio judicial organizado e consistente, contra jornalistas e meios de comunicação. A Abraji reportou que 70% dos alertas documentados em 2021 foram sobre o discurso estigmatizante. Foram 377 casos classificados como discurso estigmatizante, o que corresponde a um aumento de 137% em relação ao ano anterior.

Censura por meio da judicialização, violência verbal e física

A instrumentalização da Justiça, por meio de processos criminais e civis, funciona como uma pressão para jornalistas - cujo trabalho incomoda o presidente e políticos locais - e se mantém em níveis preocupantes, embora tenha diminuído. A Abraji registrou 8, 39 e 25 casos respectivamente em 2019, 2020 e 2021. A maioria das ações é ajuizada por agentes estatais que buscam censurar o trabalho de jornalistas, embora aliados do presidente Bolsonaro também tenham recorrido à judicialização de suas demandas para impor um clima de assédio à imprensa. Essa violência estrutural instrumentaliza as instituições pelas quais o Estado, que deveria cumprir com a sua obrigação como garantidor dos direitos fundamen-

tais, passa a fazer o contrário e impede a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito ao acesso à informação.

Em 2021, a Abraji contabilizou 122 alertas por agressões e ataques, que representam 23% dos alertas totais e um aumento de 9% comparado com 2020. Entre os casos mais preocupantes, há um incêndio nas instalações do jornal local Folha da Região, na cidade de Olímpia, em São Paulo. Nos dias prévios ao ataque, o jornal recebeu ameaças pela cobertura da pandemia de covid-19 e seu apoio aos esforços de vacinação e prevenção da doença. Assim como 2020, com o início da pandemia, 2021 foi marcado pela propagação massiva de desinformação, tanto do governo como de outras entidades sociais, como igrejas e outros grupos. Isso represen-

tou um grande desafio às pessoas jornalistas que tiveram que fazer grandes esforços de verificação para disseminar informação verdadeira aos cidadãos. As notícias falsas foram um instrumento para estigmatizar pessoas jornalistas e justificar ataques contra elas.

Perspectiva de gênero e diversidade

Em 2021, Abraji registrou 50 alertas de gênero, 36 por discurso estigmatizante, 12 por agressões e ataques e dois por restrições na internet. Ataques foram observados nas redes sociais, incluindo discursos homofóbicos e transfóbicos. Também foram registrados 116 ataques contra jornalistas identificadas como mulheres e 151 contra homens - um aumento anual de 79% e 32% respectivamente. Do total dos alertas con-

tra as mulheres jornalistas, 71% foram por discurso estigmatizante, o que representa um aumento de 720% em comparação a 2020. Em média, esses ataques aconteceram a cada três dias no país. Houve um aumento significativo no discurso de ódio liderado pelo presidente e seus simpatizantes contra as mulheres jornalistas, identificadas pelos agressores estatais e políticos como inimigas. Os ataques se multiplicaram nas redes sociais, onde grupos de apoio ao presidente agridem as jornalistas, seja criticando sua aparência física, colocando em dúvida sua capacidade como jornalistas ou vazando seus dados pessoais. Os ataques contra jornalistas não se limitam aos espaços digitais. Em setembro de 2021, uma jornalista do grupo Globo foi apedrejada durante a cobertura de um jogo de fu-

tebol da seleção brasileira no Recife, nordeste do Brasil.

Recomendações

As tendências antidemocráticas e anti-direitos do presidente Bolsonaro, cimentadas com sua aliança com os setores conservadores e religiosos do país, definem a situação do ODS 16.10.1 no Brasil. Bolsonaro e seus aliados conseguiram espalhar informações falsas e consolidar uma espécie de fluxo de informação paralela ao que reportam os meios de comunicação. Essa realidade seguramente se intensificará com a polarização política e agravará os riscos para as pessoas jornalistas durante as eleições presidenciais de outubro de 2022. Uma coalizão de organizações da sociedade civil, jornalistas e funcionários públicos deve ser feita para fortalecer os esforços de verificação do discurso

público. Esse tipo de aliança deve ir um passo além, promovendo estratégias e campanhas que sirvam para posicionar a importância do jornalismo de interesse público no imaginário coletivo, como peça fundamental da cultura democrática. A partir da pressão pública, tanto as autoridades como as organizações internacionais devem unir esforços para fortalecer os mecanismos de proteção aos jornalistas. O Estado é obrigado a acelerar as investigações por assassinato de jornalistas nos últimos dez anos, já que a maioria continua impune, enviando um sinal nocivo para o desenvolvimento pleno do trabalho jornalístico.

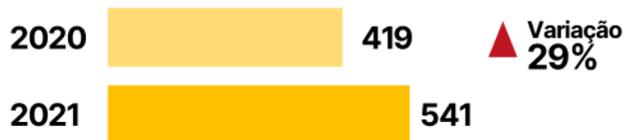
A sociedade civil necessita de apoio da cooperação internacional e da filantropia privada para construir e defender condições e entornos seguros e saudáveis para as

liberdades fundamentais no Brasil. Da mesma forma, é essencial apoiar efetivamente e estrategicamente o desenvolvimento e a produção de jornalismo de interesse público. Assim, pode-se estimular a inclusão ampla do espectro de gênero na produção jornalística, o surgimento de novas narrativas, novas lideranças editoriais e maior diversidade nas fontes. A Abraji trabalhou nos últimos anos para integrar uma perspectiva de gênero e inclusão interseccional no monitoramento das violações à liberdade de imprensa no Brasil, buscando documentar os efeitos diferenciados da violência contra pessoas jornalistas. Isso permite entender como a violência impacta de formas diferentes certos grupos populacionais e, como consequência, contribui para melhorar os sistemas de prevenção e atenção das violên-

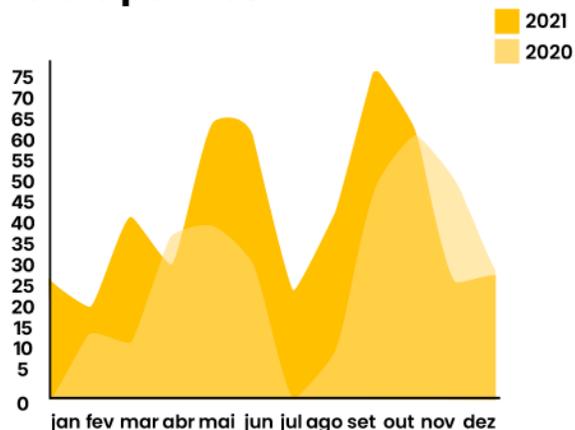
cias de maneira inclusiva, assim como promover o pluralismo e a diversidade como pilares do ODS 16.

Brasil

Alertas por ano



Alertas por mês



Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **541**
♀ Alerts de gênero: **50**

Discurso estigmatizante



Agressores



Agressões e ataques



Processos civis e penais



Uso abusivo do poder estatal



Restrições na internet



Acesso à informação



Colômbia



Violência inédita contra a imprensa e o Estado como autor

Pelo segundo ano consecutivo, o estado da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação mostrou um retrocesso na Colômbia.

A FLIP, integrante da VdS, registrou 638 alertas em 2021, a maior onda de violência

contra a imprensa registrada desde que a organização deu início ao mandato em 2006 e representa um aumento de 28% comparado ao período anterior. Em 2021, o Estado foi identificado como o agressor em 50% dos casos. A violência estatal contra a imprensa durante os

protestos massivos contra o governo não tem precedentes; 44% dos alertas se concentraram entre os meses de abril e julho. O Esquadrão Móvel Antidistúrbios (Esmad) - a tropa de choque da polícia nacional - disparou balas de borracha contra jornalistas que cobriam as manifestações claramente identificados - uma violação ainda impune. Enquanto as autoridades públicas utilizam discurso estigmatizante contra jornalistas e meios de comunicação independentes - em vez de respaldar e proteger as liberdades fundamentais -, os avanços do ODS 16.10.1 na Colômbia ficam comprometidos.

O exercício jornalístico ameaçado por violência dirigida e contextual

Preocupa a violência contra jornalistas e meios de comunicação que fazem coberturas de temas de corrupção e conflito armado. Os alertas sobre agressões e ataques aumentaram em 73%. No dia 19 de setembro, indivíduos desconhecidos assassinaram o jornalista Marcos Montalvo em Tuluá, no Valle del Cauca.

Marcos era crítico da gestão do prefeito da cidade, John Jairo Gómez, e denunciava a corrupção na Secretaria de Trânsito. Quatro jornalistas no departamento de Córdoba, que faziam reportagem sobre os grupos armados ilegais e o uso irregular do dinheiro público nos municípios de Montelíbano, Tierralta e Puerto Libertador, receberam ameaças de morte. Esses casos colocam em evidência um agravamento do entorno violento que parecia estar sendo superado depois dos acor-

dos de paz. Essas situações ocorreram em zonas com a presença da guerrilha como o Exército Popular de Libertação (EPL) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), grupos de crime organizado como o Clan del Golfo e as Autodefensas Gaitanistas de Colombia (AGC) e grupos de infratores que operam na fronteira com a Venezuela.

Autoridades locais e parlamentares, incluindo prefeitos e senadores, acusaram jornalistas e meios de comunicação de promover desinformação e campanhas de desprestígio. Esse padrão de estigmatização do exercício jornalístico é perigoso, dado que indica que é permitido ameaçar e atacar a integridade e a vida de jornalistas.

Em 2021, aumentaram em 100% os alertas com relação ao abuso do poder estatal e em 64% os alertas com re-

lação às prisões arbitrárias. As decisões e ações abusivas e desproporcionais por parte das autoridades promovem o medo e a autocensura, danos psicológicos e perdas financeiras. O jornalista Hernán Muñoz foi despedido do canal Telemedellín, um meio de comunicação público, como resposta às críticas de Muñoz à prefeitura de Medellín. O ato de censura foi efetuado pelo gerente geral da emissora.

Perspectiva de gênero e diversidade

Em 2021, a FLIP registrou 113 agressões contra mulheres jornalistas e 466 contra homens. Aumentaram as agressões e ataques (46%), prisões arbitrárias (50%) e discurso estigmatizante (100%), incluindo assédio diferenciado a mulheres jornalistas, como, por exemplo, comentários de conotação

sexual e discursos estigmatizantes que ignoram o trabalho jornalístico das mulheres. Sobre as violências diferenciadas, a FLIP destacou o caso da jornalista Jineth Bedoya Lima, marco na história da liberdade de imprensa na Colômbia.

Em outubro de 2021, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma sentença contra o Estado, dando visibilidade ao uso da violência sexual para controlar e silenciar a mulher jornalista. A Corte IDH considerou o Estado colombiano responsável pela violação de vários direitos da jornalista, como os direitos à integridade, à liberdade pessoal, à honra, à dignidade e à liberdade de pensamento e expressão. A decisão foi tomada como resultado do sequestro e das agressões físicas, sexuais e verbais às quais ela foi submetida como represália pelo

seu trabalho jornalístico, no ano de 2000, na prisão Modelo de Bogotá. A FLIP registrou sete alertas correspondentes ao décimo terceiro indicador transversal de gênero da VdS; seis correspondem a agressões e ataques; um a processos civis e penais.

Recomendações

A situação do ODS 16.10.1 mostra deterioração consecutiva em 2020 e 2021 na Colômbia. A violência discursiva, física e legal do Estado cria insegurança para quem exerce o jornalismo e é uma ameaça estrutural para a viabilidade dos meios de comunicação de interesse público, pondo obstáculos na Agenda 2030. Deve-se pressionar as autoridades eleitas em junho de 2022 para desenvolverem políticas públicas efetivas e articuladas que melhorem o estado

da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação. As autoridades devem desistir de promover o discurso estigmatizante contra jornalistas e meios de comunicação. É indispensável mobilizar a opinião pública para pôr fim à impunidade nos casos de violência contra jornalistas. Vinte e um anos depois da criação do Programa de Proteção a Jornalistas, é necessário fortalecê-lo integralmente, mas transformando seu modelo desarticulado em algo coordenado, reativo e preventivo, fortalecendo os recursos humanos e econômicos para assegurar condições e entornos seguros, sadios e propícios para jornalistas e público.

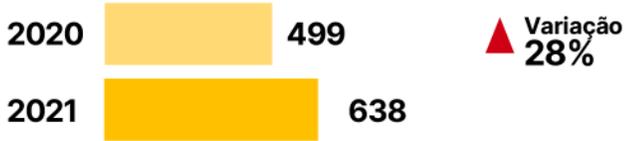
A mobilização de recursos e vontade política por parte dos autores da cooperação internacional e filantropia privada é necessária

para promover o desenvolvimento e a produção de jornalismo de interesse público, que, por sua vez, facilita o papel da sociedade civil em matéria de condições e entornos seguros, sadios e propícios para as liberdades de imprensa e de expressão. Algumas das prioridades que poderiam significar apoio efetivo e estratégico incluem: potencializar o desenvolvimento de conteúdo jornalístico inovador e de mecanismos para enriquecer a interação dos meios de comunicação com as audiências; incentivar modelos de viabilidade para sustentar o jornalismo de interesse público; promover a inclusão e a diversidade, desenvolver medidas de mitigação diante da violência on-line que afeta particularmente as mulheres jornalistas; e, finalmente, projetar e fazer campanhas intersetoriais e ambiciosas para que cidadãos, autori-

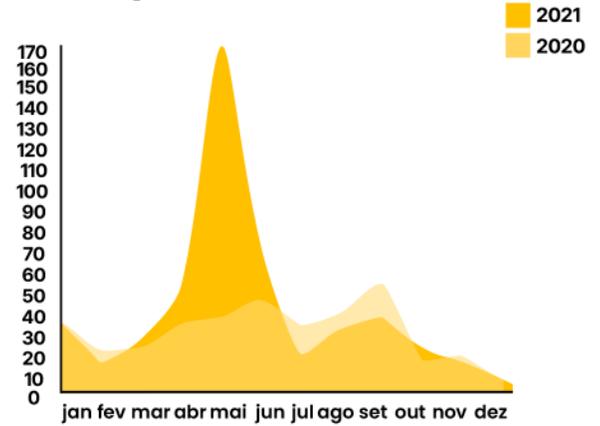
dades nacionais e o entorno multilateral reconheçam a importância das liberdades fundamentais no quadro dos ODS.

Colômbia

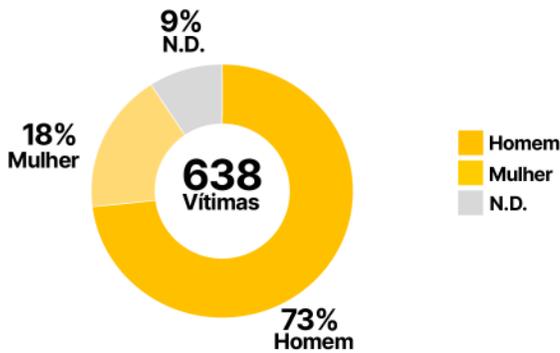
Alertas por ano



Alertas por mês



Vítimas por gênero



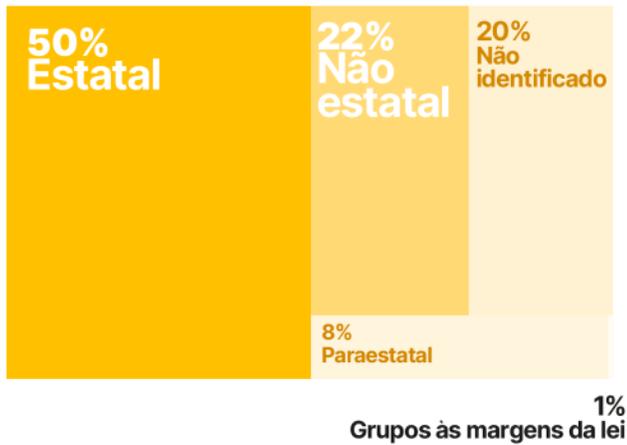
Indicadores

⚠ Total de alertas: **638**
♀ Alertas de gênero: **7**

Agressões e ataques



Agressores



Discurso estigmatizante



Processos civis e penais



Acesso à informação



Detenção arbitrária



Assassinato



Sequestro



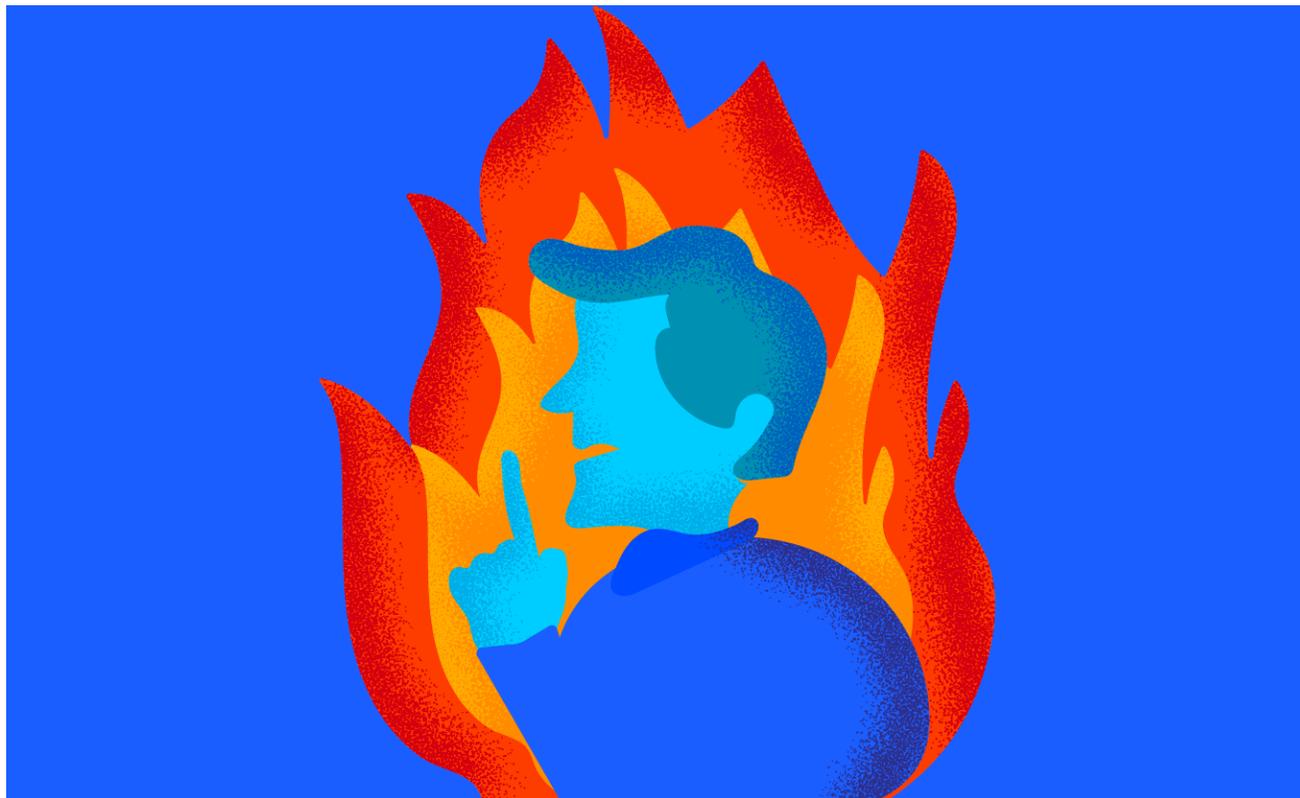
Restrições na internet



Uso abusivo do poder estatal



Cuba



Sem direito à liberdade de expressão

A presidência de Miguel Díaz-Canel - uma continuação dos regimes repressivos de Raul e Fidel Castro - nunca se mostrou seriamente comprometida com as liberdades fundamentais. Pelo contrário, é uma continuidade do projeto político autocrático, violento e profundamente antidemocrático

que foi cimentado em mais de 60 anos de governo. Embora as leis cubanas proíbam explicitamente a existência da imprensa independente, vários meios de comunicação desafiam a proibição para informar sobre o que acontece na ilha. O parceiro da Rede VdS, ICLEP, reporta sobre as agressões aos meios de co-

municação que trabalham sem acesso à informação pública e sob o assédio estatal permanente. Em 2021, o ICLEP reportou 1129 alertas, o que representa um aumento de 228% comparado a 2020. Desses, 66% correspondem a prisões arbitrárias, 22% a restrições na internet e 7% a agressões e ataques.

Prisões e represálias ante protestos antigovernamentais

O Estado, por meio de forças como a polícia e seus agentes de segurança, é o principal agressor das pessoas jornalistas, com uma esmagadora maioria de 99% dos alertas registrados. Os alertas de prisões arbitrárias aumentaram 425%. Somente em 11 de julho de 2021, no contexto de protestos antigovernamentais, deram-se ao menos 50 prisões

de pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação.

Na maioria das prisões, as pessoas foram liberadas dias depois, o que não aconteceu com o jornalista Lázaro Yuri Valle Roca, que encontra-se em prisão preventiva em Havana desde 15 de junho de 2021, acusado de desrespeito e propaganda inimiga por cobrir assuntos sociais e políticos em seu canal no YouTube. Do mesmo modo, o influenciador Yoandi Montiel (El Gato de Cuba) encontra-se cumprindo uma condenação de dois anos de privação da liberdade, numa prisão de Havana, pelo suposto delito de falar “mal” do regime de Cuba. Ao menos uma dezena de pessoas jornalistas enfrentaram prisão domiciliar por longos períodos de tempo, outras foram impedidas de sair de suas casas sem ordem judicial. Essas

medidas impediram o exercício jornalístico e causaram ansiedade a famílias e comunidades inteiras. Os protestos antigovernamentais foram alvo de repressão cruel. O clima reiterado de assédio a jornalistas se manteve e provoca tendências de autocensura e exílio sem precedentes, que são difíceis de quantificar.

As retaliações também vieram de outras maneiras. Em nível institucional, estão ocorrendo alterações nos quadros jurídicos, para facilitar e justificar a atuação das forças estatais, como as prisões arbitrárias. Registraram-se 26 alertas relacionados ao uso abusivo do poder estatal. O ICLEP acusou a empresa estatal de telecomunicações, ETECSA, de ativar um sistema de escutas para espionar e interceptar comunicações de pessoas jornalistas e meios de comu-

nicação, além de criar aplicações de internet no meio dos protestos. Em 2021, registraram-se 257 alertas de restrição na internet, o que representa um aumento de 614% em um ano. A interrupção e espionagem das comunicações de jornalistas cubanos é uma prática muito comum dos serviços da contrainteligência do regime, que a utilizam cada vez mais com a intenção de dificultar o trabalho da imprensa na ilha. Fica claro que a resposta das autoridades aos protestos tem sido intensificar os mecanismos de censura, repressão e vigilância, por meio dos quais mantêm o controle e o poder.

Perspectiva de gênero e diversidade

O instituto explica que, em Cuba, são reprimidas as pessoas jornalistas que exercem seu trabalho como imprensa independente ou que cri-

ticam o Estado, e que não encontram um padrão que documente os efeitos diferenciados das violações da liberdade de imprensa contra grupos em situação de vulnerabilidade. O ICLEP não registrou alertas correspondentes ao décimo terceiro indicador transversal de gênero. A organização registrou 550 alertas contra jornalistas homens e 538 alertas contra mulheres. O último dado teve um aumento anual de 449% e os alertas contra jornalistas homens aumentaram 153% no mesmo período. O aumento principal das violações registradas contra as mulheres jornalistas se deu pelas restrições na internet, que aumentaram em mais de 1800%, e as prisões arbitrárias, que aumentaram mais de 600%.

Nos casos das mulheres jornalistas, essas prisões passaram de 50 casos registrados

em 2020 para 372 casos em 2021, enquanto as restrições na internet passaram de 7 para 136 no mesmo período.

Recomendações

Enquanto as liberdades de imprensa e de expressão continuarem sendo criminalizadas em nível constitucional em Cuba, a situação do ODS 16.10.1 no país seguirá sendo inviável. A abertura econômica deve ser replicada em termos de valores democráticos para que os cidadãos cubanos possam aproveitar as liberdades universais das sociedades pacíficas, livres e justas. Deve-se abolir leis repressivas e outros instrumentos do aparelho institucional que proíbem as liberdades de imprensa, de expressão e de associação e servem para censurar e reprimir estruturalmente. Assim como o exercício jornalístico, o pa-

pel da sociedade civil na construção e defesa de condições e ambientes favoráveis para as pessoas jornalistas e seu público também é estigmatizado e criminalizado. Os atores da cooperação internacional e da filantropia privada devem ter coragem para dar apoio efetivo e estratégico que ajude as OSC a superar obstáculos, como a penalização do financiamento de seu trabalho e dos meios de comunicação.

Em nível político, a comunidade internacional deve defender a rápida libertação do jornalista Lázaro Yuri Valle Roca, do influenciador Yoandi Montiel, assim como de todos os prisioneiros de consciência que estão nos cárceres cubanos.

É muito importante também mobilizar apoio para o desenvolvimento e a produção de jornalismo de in-

teresse público, dado que o jornalismo cubano enfrenta o desafio de continuar resistindo diante da repressão e encontrar maneiras criativas de informar em um contexto extremamente hostil, mantendo os padrões jornalísticos em níveis altos. As dificuldades em matéria de sustentabilidade financeira são ainda mais desafiadoras em um país onde as sanções econômicas condicionam o funcionamento dos mercados e as audiências enfrentam limitações significativas relacionadas à capacidade e formas de pagamento. Deve-se incluir entre as prioridades o respaldo a enfoques que insiram amplamente o espectro de gênero, por exemplo, por meio de novas narrativas, lideranças editoriais e diversidade das fontes de informação. O primeiro passo nesse sentido deve ser estabelecer consensos e acionar compromissos viá-

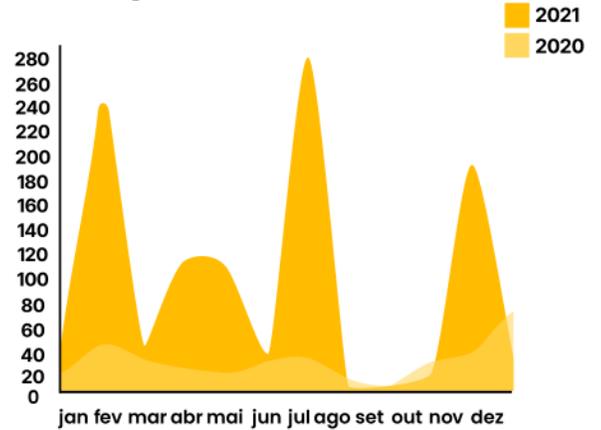
veis sobre a importância de incorporar uma perspectiva de gênero e diversidade nos processos de monitoramento do ODS 16.10.1.

Cuba

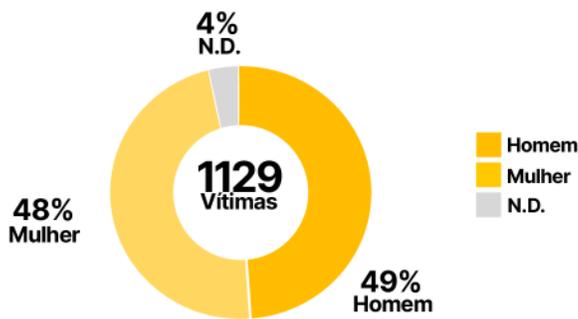
Alertas por ano



Alertas por mês



Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **1129**

Detenção arbitrária



Agressores



Restrições na internet



Agressões e ataques



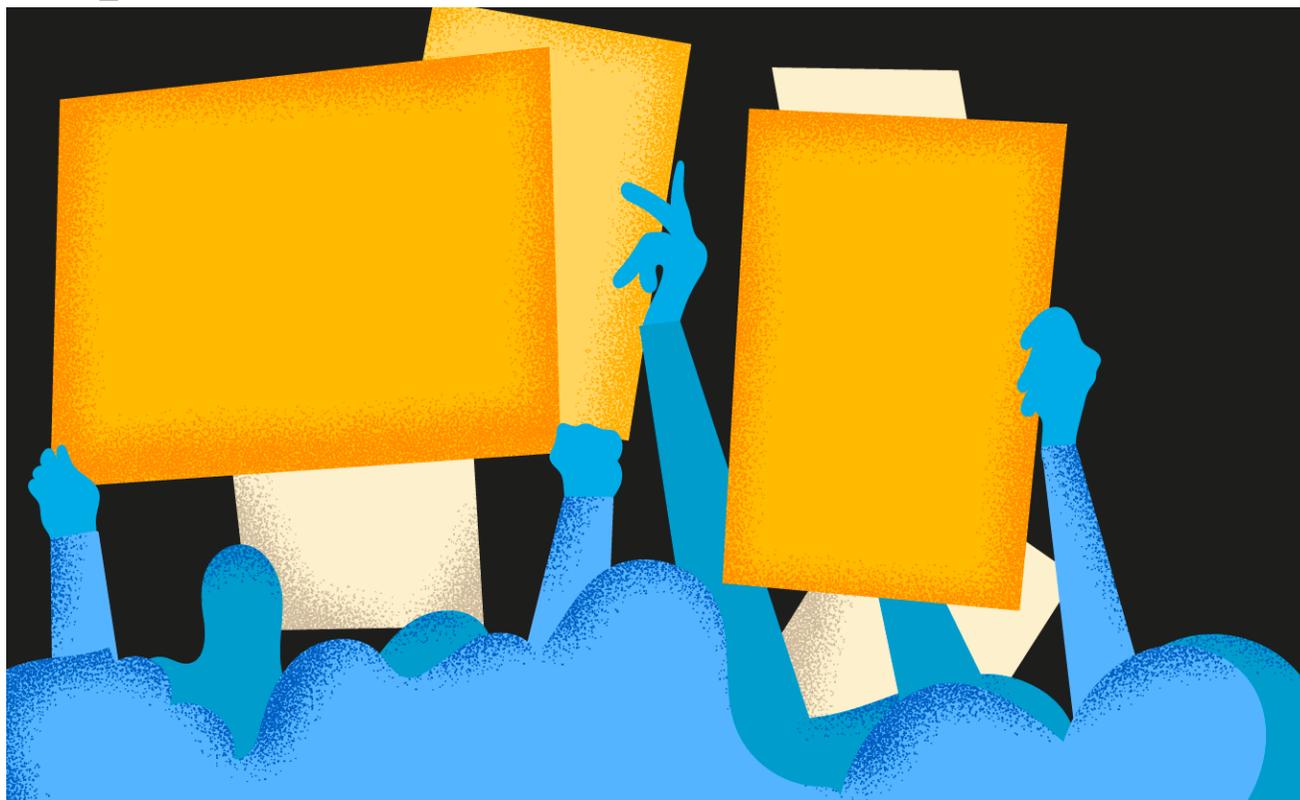
Discurso estigmatizante



Uso abusivo do poder estatal



Equador



A estigmatização contra a imprensa: um legado difícil de quebrar

Em 2021, foram registrados 232 alertas totais no Equador, dos quais 117 correspondem aos meses de janeiro a maio, durante a gestão do então presidente Lenín Moreno e em meio a uma conjuntura eleitoral conturbada. Após a presidência de Moreno,

que tentou tomar algumas medidas para reverter o legado estigmatizante contra a imprensa de seu antecessor, Rafael Correa, a eleição de Guillermo Lasso para a presidência suscitou esperanças de avanços em matéria de liberdades fundamentais. Lasso prome-

teu devolver a liberdade de expressão plena ao Equador.

Em seu primeiro dia de gestão, introduziu o projeto de Lei Orgânica de Livre Expressão e Comunicação, redigido de acordo com os padrões internacionais, que revoga a Lei de Comunicação, conhecida como Lei Mordaça, vigente desde 2013. Não obstante, desde a posse de Lasso registraram-se 115 alertas, praticamente a mesma quantidade do período eleitoral. Apesar das mudanças no discurso, de governo e na legislação, na prática, o número de alertas aumentou 80% em 2021. Os alertas predominantes correspondem a agressões e ataques (44%) e discurso estigmatizante (25%), que aumentou 743%. Isto reflete claramente que ainda há muito a fazer para quebrar o legado da estigmatização, estabelecen-

do condições e ambientes seguros, sadios e propícios para quem exerce o jornalismo e suas audiências.

Crime organizado e desproteção: uma combinação letal

Embora o Estado seja o principal agressor contra pessoas jornalistas no Equador, o aumento das agressões do crime organizado transnacional é uma tendência extremamente perigosa. Em 49% dos alertas em 2021, os autores foram identificados como agentes estatais; o Poder Executivo e a polícia nacional são os mais reincidentes. Elementos não estatais e elementos desconhecidos são identificados em 25% e 16% dos alertas, respectivamente. A organização Fundamedios, parceira da Rede VdS, registrou 18

alertas (8%) identificando o crime organizado como agressor, depois de não ter registrado nenhum em 2020.

Esse incremento (1800%) representa um aumento tangível da insegurança para quem exerce o jornalismo em nível nacional e subnacional. Um grupo do crime organizado chamado Los Fantasmas ameaçou o meio de comunicação La Posta por uma publicação que revelava o funcionamento das máfias nos presídios. O jornalista Calixto Zambrano sofreu um atentado em Manabí; dispararam duas vezes contra ele, que sobreviveu, mas deixou a profissão depois do ataque. Em Durán, uma equipe do jornal La Hora sofreu um atentado armado enquanto investigava o caso Big Money, uma pirâmide ilegal de captação de dinheiro.

A violência perpetrada pelo crime organizado viola as liberdades fundamentais, agravando as consequências e os riscos associados à falta de proteção e à impunidade diante dos crimes cometidos contra pessoas jornalistas.

Na Colômbia e no México, os mecanismos de proteção existentes são insuficientes para mitigar as ameaças e ataques do crime organizado, em grande parte porque o Estado também é o principal agressor nesses países e, em ambos, pode ser difícil dimensionar o grau de infiltração do crime organizado no próprio Estado.

É preocupante que no Equador cresçam os alertas de violações cometidas pelo crime organizado, ao passo que as pessoas jornalistas no país não dispõem de quaisquer mecanismos de proteção.

Perspectiva de gênero e diversidade

A organização Fundamedios registrou 120 alertas contra jornalistas homens e 65 contra jornalistas mulheres. Os alertas registrados por violência contra jornalistas mulheres cresceram 160% e os registrados contra os homens, 111%. O aumento mais significativo dos alertas por ataque contra as jornalistas mulheres foi em razão dos discursos estigmatizantes (500%) e das restrições ao acesso à informação (800%). A Fundamedios reportou 42 alertas de gênero, incluindo 18 por agressões e ataques e 16 por discursos estigmatizantes. Destacam-se cinco casos emblemáticos de violência de gênero. Após apresentar uma série de reportagens cobrindo temas de corrupção envolvendo uma poderosa família política, a

jornalista Dayana Monroy foi agredida e assediada por meio de campanhas ameaçadoras e de desprestígio nas redes.

A jornalista Alondra Santiago foi alvo de discursos estigmatizantes, agressões e ataques, ameaças de processos judiciais, impedimentos de acesso à informação, tentativas de censura e restrições em espaços digitais. Do mesmo modo, a jornalista Carla Maldonado foi assediada virtualmente, de forma sistemática, pela sua postura crítica em direção aos supostos casos de corrupção no governo de Rafael Correa. Blanca Moncada, jornalista investigativa, foi alvo de uma campanha de desprestígio por parte da prefeita de Guayaquil. O jornalista Galo Arellano, que trabalhava na Univisión, recebeu ameaças carregadas de discurso

de ódio e homofobia por compartilhar nas redes uma foto de sua família na qual aparecia com seu parceiro. As agressões incluem questionamentos a seu trabalho e ética jornalística relacionados com sua orientação sexual. As violências de gênero se cruzam com as agressões ao trabalho jornalístico, intensificando os riscos para as mulheres jornalistas e jornalistas da população LGBTQI+.

Recomendações

A persistência da estigmatização contra a imprensa, o auge da violência perpetrada pelo crime organizado e a falta de proteção às pessoas jornalistas definem a situação preocupante do ODS 16.10.1 no Equador. A sociedade civil e as autoridades, com forte apoio da comunidade internacional, devem estabelecer mecanis-

mos de proteção para quem exerce o jornalismo e trabalha para os meios de comunicação. Agora, isso é mais necessário do que nunca, considerando o crescimento das agressões do crime organizado. Uma das prioridades nesse sentido deve ser pôr um fim à impunidade em casos de ataques contra jornalistas, incluindo assegurar o acesso à informação sobre o caso de assassinatos de jornalistas do jornal El Comercio, cujo sigilo decretado pelo governo ainda não caiu. Trata-se de uma demanda constante das famílias das vítimas e se espera que o novo governo levante o sigilo e libere todas as informações sobre o caso. Até o momento, não houve vontade política nem indícios concretos de que isso venha a acontecer. Aprovar a nova lei da liberdade de expressão deve ser uma prioridade,

mas o momento político é complexo e não há garantias de que será aprovada.

Precisa-se do apoio político e financiamento da cooperação internacional e da filantropia privada, para facilitar o trabalho das OSC de promover condições e ambientes seguros, sadios e propícios para o jornalismo de interesse público. É necessário também apoiar a produção e desenvolvimento desse tipo de jornalismo para fiscalizar o poder e empoderar os cidadãos. As prioridades de uma estratégia integral, com esse duplo enfoque, por um lado assegurar o ambiente favorável, por outro o desenvolvimento plural do ecossistema dos meios de comunicação, incluem mitigar a grave estigmatização contra a imprensa e conseguir uma ampla inclusão do espectro de

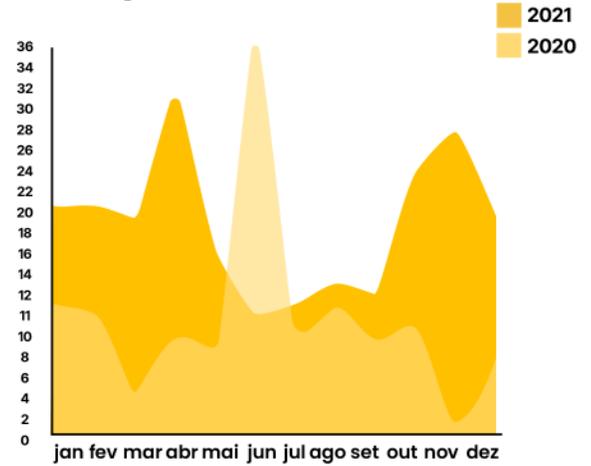
gênero em todas as áreas do jornalismo. Considerando que a estigmatização contra o jornalismo é profunda e tem causado efeitos em níveis estruturais, é importante desenvolver estratégias e campanhas que ajudem a posicionar o valor do jornalismo de interesse público no imaginário coletivo e como parte da cultura da paz e democracia no país.

Equador

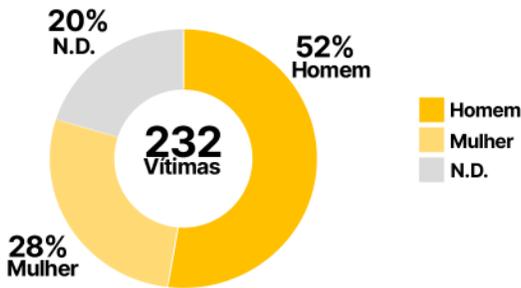
Alertas por ano



Alertas por mês



Vítimas por gênero



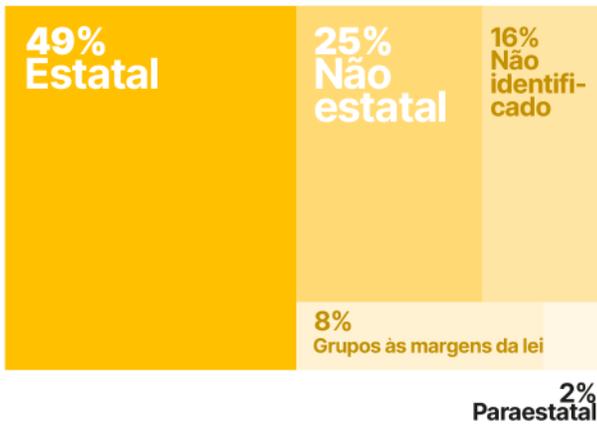
Indicadores

⚠ Total de alertas: **232**
♀ Alertas de gênero: **42**

Agressões e ataques

101

Agressores



Discurso estigmatizante

59

Acesso à informação

30

Processos civis e penais

23

Detenção arbitrária

1

Marco jurídico contrário aos padrões internacionais

1

Uso abusivo do poder estatal

8

Restrições na internet

9

El Salvador



Bukele se declara inimigo da imprensa independente

O presidente Nayib Bukele, no poder desde 2019, consolidou as bases de um projeto antidemocrático com preocupante apoio popular, refletido nas pesquisas sobre a aprovação da gestão do mandatário e com antagonismo em relação à imprensa como

eixo central. Bukele, considerado o presidente “milenial” por seu uso habitual das redes sociais, mantém uma campanha permanente contra os meios de comunicação que o questionam, especialmente os que publicaram investigações sobre casos de corrupção durante sua

gestão. A retórica estigmatizante de Bukele se reflete nos 219 alertas documentados pela Asociación de Periodistas Salvadoreños (APES), que se somou à Rede Voces del Sur (VdS) em 2021.

Do total de alertas registrados, 53% correspondem a restrições de acesso à informação pública, 37% a agressões e ataques e 10% ao discurso estigmatizante. Embora este seja o primeiro ano com dados sobre a situação do ODS 16.10.1, em conformidade com a metodologia da Rede VdS, fica claro que no país se vive um retrocesso quanto ao estado da liberdade de expressão, da liberdade da imprensa e do direito de acesso à informação e, por consequência, uma erosão da democracia.

O Estado viola sistematicamente as liberdades fundamentais

O governo de Bukele proíbe que os meios de comunicação independentes participem de suas coletivas de imprensa. O presidente e grande parte do seu gabinete costumam acusar esses meios de difundirem notícias falsas, utilizando a estigmatização contra a imprensa independente.

Essas acusações geralmente são um complemento aos ataques massivos de trolls pró-governo, que ameaçam e assediam jornalistas, especialmente no âmbito digital. A violência transcende o digital quando o presidente e membros do partido governante, Nuevas Ideas, desqualificam e agridem verbalmente jornalistas em aparições públicas e quando seus simpatizan-

tes atacam jornalistas nas ruas. As ameaças e a estigmatização que as pessoas jornalistas recebem, nas redes sociais e nas aparições públicas, são uma preocupação prioritária, inclusive em um contexto marcado pela violência generalizada, vinculada às gangues locais.

Bukele tem realizado um controle enorme sobre as instituições estatais, usadas de forma deliberada em favor de seu projeto político. O reiterado bloqueio do acesso à informação pública, apesar de El Salvador contar com uma lei que protege esse direito, é alarmante. O uso do Estado para perseguir jornalistas foi constante. Em julho de 2021, o jornalista mexicano Daniel Lizarraga, editor do prestigiado meio de comunicação El Faro, foi expulso do país por supostamente violar leis migratórias. Lizarraga decla-

rou que sua expulsão estava vinculada a seu trabalho como jornalista.

Os meios de comunicação Factum e GatoEncerrado tiveram que apagar dos seus websites investigações jornalísticas por ordem judicial, atos de censura direta contra o trabalho desses meios. O governo também foi acusado de usar o software de espionagem Pegasus para intervir nas comunicações de pessoas jornalistas e defensoras dos direitos humanos.

Segundo uma investigação do El Faro, pelo menos 22 telefones de seus jornalistas foram grampeados entre 2020 e 2021. Embora não se saiba quem teria operado o software, a empresa israelense NSO, criadora do Pegasus, afirmou que apenas vende o programa aos governos.

Perspectiva de gênero e diversidade

A APES registrou 70 alertas de ataques contra mulheres jornalistas, 99 contra homens e duas agressões contra jornalistas da população LGBTQI+, incluindo casos de assédio laboral e digital a uma jornalista trans. A organização também documentou um alerta correspondente ao décimo terceiro indicador transversal de gênero, relacionado a um caso de assédio sexual. Durante a contagem dos votos nas eleições para prefeito e deputado em 2021, uma jornalista do canal governamental 10 foi assediada sexualmente por um representante de um partido político ao fazer uma transmissão ao vivo.

Nas violências diferenciadas, as mulheres jornalistas são particularmente afetadas

pelos discursos estigmatizantes, que as agridem tanto profissional como pessoalmente, no âmbito digital. O resultado dessas agressões é uma tendência crescente em direção à autocensura, que afeta significativamente o desenvolvimento de sua carreira profissional. É importante reconhecer as diferentes formas nas quais a violência de gênero e contra as pessoas jornalistas se reforçam mutuamente, causando perigos diferenciados para jornalistas mulheres e LGBTQI+.

Recomendações

O ponto de referência que estabelecem os alertas em 2021 por violações contra os direitos fundamentais reflete um estado desalentador a respeito do ODS 16.10.1 em El Salvador. O governo do presidente Bukele encaminha-se para um projeto autoritário,

fracassando em seu dever como um garantidor dos direitos humanos. A sociedade civil e comunidades internacionais devem velar para que seja freada a investida contra os meios de comunicação e jornalistas. É indispensável que seja articulada uma pressão efetiva a nível nacional e internacional, exigindo que as autoridades desistam de usar a estigmatização e outras formas de violência, que se responsabilizem pelos abusos cometidos e estabeleçam mecanismos de proteção para pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação no país. Particularmente, deve-se exigir transparência ao Estado salvadorenho no caso de espionagem com Pegasus e que reconheça publicamente se está usando o software.

Embora o autoritarismo em El Salvador seja relativamente recente, em comparação a casos como o da Venezuela, de Nicarágua e de Cuba, é indispensável alcançar consensos nacionais e internacionais sobre a gravidade da situação das liberdades fundamentais e do ODS 16.10.1 no país. Com esse reconhecimento como ponto de partida, os atores da cooperação internacional e filantropia privada devem investir para que as OSC possam desenvolver seu trabalho voltado para a promoção de um ambiente favorável ao exercício do jornalismo e também para fortalecer o desenvolvimento dos meios de comunicação independentes que fazem jornalismo de interesse público. Nesse sentido, é importante implementar estratégias específicas para que o desenvolvimento do ecossistema dos

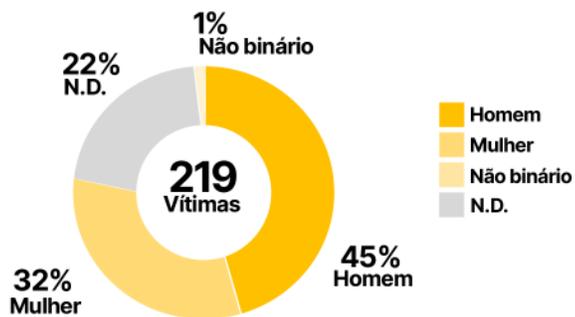
meios de comunicação seja inclusivo. Um dos desafios mais importantes para o progresso do ODS 16.10.1 em El Salvador é posicionar o valor público do jornalismo diante de uma massa crítica de cidadãos, que, em sua grande maioria, apoiam o presidente Bukele. Isso requer a criação de alianças amplas capazes de desenhar e implementar estratégias e campanhas altamente efetivas e inovadoras.

El Salvador

Alertas por ano

2021  219

Vítimas por gênero



Indicadores

 Total de alertas: **219**
 Alertas de gênero: **1**

Agressores



Acesso à informação



117

Agressões e ataques



Discurso estigmatizante



Guatemala



O retrocesso da democracia guatemalteca

Guatemala está em um momento decisivo para seu futuro democrático, caracterizado por uma situação frágil do ODS 16.10.1 no país. O fortalecimento institucional que a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG) tinha alcançado no país tem se deteriorado desde a saída da

comissão em 2019. Diante desse retrocesso, os meios de comunicação se converteram na última linha de combate à corrupção e aos abusos de poder. O presidente Alejandro Giammattei demonstrou que não tem compromisso em cuidar da democracia nem cumprir com o mandado de garan-

tia dos direitos humanos, começando uma escalada contra a imprensa que investiga as tentativas do seu governo de desmantelar o quadro institucional anticorrupção. Em 2021, o Instituto Demos, parceiro da Rede VdS, reportou 29 alertas, dos quais 45% se tratam de agressões e ataques, 31% de uso abusivo do poder estatal e 17% de obstruções com relação ao acesso à informação pública. Foi registrado um alerta por assassinato, que se refere ao caso do jornalista Pedro Guadrón, morto em julho, no povoado de Concepción Las Minas, no departamento de Chiquimula.

Violência institucionalizada, assédio judicial e leis problemáticas

Atores estatais são identificados como agressores em

62% dos alertas registrados em 2021, especialmente a polícia e o exército. As pessoas jornalistas das zonas afastadas da capital, por exemplo, ao fazer coberturas em zonas como Alta Verapaz e Izabal, estão particularmente expostas ao assédio constante. Em outubro, o governo usou como pretexto o regime de exceção em Izabal para invadir as instalações da rádio comunitária Xyaab' Tzuultaq'a, assim como a casa do jornalista da Prensa Comunitaria, Carlos Choc, assediado repetidamente. Choc continua sendo processado pela sua cobertura de um protesto em 2017, obrigado a se apresentar diante de um juiz regularmente. A instrumentalização da Justiça para perseguir e censurar jornalistas é recorrente. O uso malicioso das leis que não têm nada a ver com o exercício jornalístico, como

a lei de violência de gênero, é uma prática das figuras políticas para impedir investigações relacionadas com a corrupção. Em junho, os jornalistas Sonny Figueroa e Marvin del Cid foram acusados por María Luisa Martínez, familiar de Miguel Martínez, ex-diretor de um órgão do Poder Executivo, por suposta violência psicológica contra a mulher por publicar investigações relacionadas ao patrimônio de sua família. Pessoas funcionárias públicas têm processado frequentemente o presidente do jornal El Periódico, José Rubén Zamora, usando a mesma lei para censurar o trabalho de investigação do veículo.

Embora a Guatemala conte com um quadro institucional comparativamente robusto para a região centro-americana, com destaque para um setor especial para

delitos contra jornalistas e um mecanismo de proteção a jornalistas, cujo impacto ainda é incerto, a entrada em vigor de uma lei de regulamentação para organizações não governamentais, em julho de 2021, poderia significar um golpe duro para os meios de comunicação e organizações de sociedade civil.

Essa nova disposição dá poderes ao Estado para cancelar o status legal de organizações de maneira discricional, alegando “violação à ordem pública”.

Esse tipo de leis e instrumentos para o controle da sociedade civil, que permite acusações imprecisas e ambíguas, faz parte do repertório autoritário em casos como o da Venezuela, da Nicarágua e, recentemente, de El Salvador.

Perspectiva de gênero e diversidade

O Instituto Demos registrou quatro alertas relativos ao décimo terceiro indicador transversal de gênero em 2021, todos por agressões e ataques. A organização explica que, na Guatemala, as mulheres jornalistas continuam sendo estigmatizadas pelo simples fato de exercerem sua profissão. As redes sociais têm representado uma oportunidade para as jornalistas aumentarem sua presença e representação dentro dos meios de comunicação. No entanto, não se pode perder de vista as tendências globais que mostram que as mulheres jornalistas enfrentam impactos e riscos diferenciados decorrentes da violência digital e da violência discursiva. As violências com base no gênero e as violências que se manifes-

tam contrárias às pessoas jornalistas se reforçam e se agravam mutuamente, por isso é importante continuar desenvolvendo a capacidade de fazer um monitoramento diferenciado com perspectivas de gênero e diversidade. Demos aponta que, na Guatemala, é particularmente importante observar, entender e mitigar os efeitos diferenciados das violências contra as mulheres indígenas jornalistas, comunicadoras comunitárias e trabalhadoras de meios de comunicação locais e nacionais.

Recomendações

A impunidade e a corrupção não devem ser negligenciadas e normalizadas. De fato, estão entre os principais obstáculos que impedem avanços significativos em relação ao ODS 16.10.1 na Guatemala. As organizações de sociedade civil e

a comunidade internacional devem ser mais incisivas com as autoridades da Guatemala para conter a deterioração institucional e o retrocesso democrático.

Os acordos e mecanismos existentes para proteger jornalistas e as investigações de crimes impunes devem ser uma prioridade nacional. O sistema de Justiça não deve dar espaço para as brigas que buscam censurar jornalistas e deve frear o uso malicioso de leis importantes, como as que protegem as mulheres da violência de gênero, que em vez de servirem para dar garantias aos direitos humanos no país, são instrumentalizadas para atacar as liberdades fundamentais.

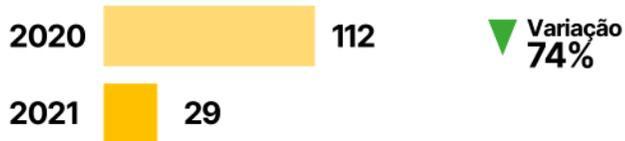
O caso da CICIG demonstra que é possível fortalecer as instituições democráticas em sociedades com grandes

desafios estruturais (tais como corrupção, impunidade e pobreza), se houver vontade política suficiente e se os recursos forem dirigidos de uma forma estratégica e transparente. Contudo, também demonstra que os avanços podem ser desmantelados rapidamente, de acordo com os interesses do governo do momento. É importante que as lições da CICIG sejam incorporadas aos esforços nacionais e internacionais que buscam facilitar a promoção de condições e ambientes seguros para o exercício jornalístico.

Em particular, os esforços construtivos referentes à produção e desenvolvimento de jornalismo de interesse público podem contribuir para fortalecer o apoio político e financeiro do público e de outros atores-chave para meios de comunicação independentes.

Guatemala

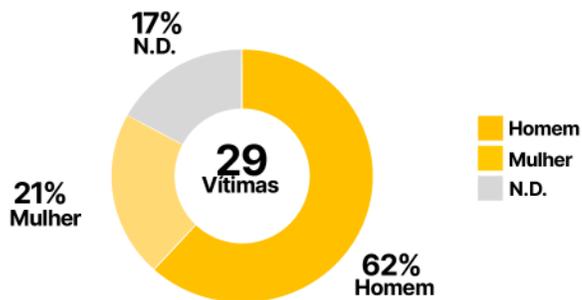
Alertas por ano



Alertas por mês



Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **29**
♀ Alerts de gênero: **4**

Agressores



Agressões e ataques



Uso abusivo do poder estatal



Acesso à informação



Assassinato



Discurso estigmatizante



Honduras



Um novo governo gera expectativas positivas

Em Honduras, o estado da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação foi marcado por um processo eleitoral conturbado e pela onipresença da violência política em 2021. Desde o chamado para as eleições primárias, em

setembro de 2020, foram registradas ao menos 28 mortes relacionadas com a violência político-eleitoral. O C-Libre, parceiro da VdS, registrou 66 alertas de violência contra os meios de comunicação e pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação.

Mesmo com a redução de 44% se comparado aos alertas registrados em 2020, registrou-se o assassinato de ao menos um jornalista pelo terceiro ano consecutivo. Preocupa a prevalência de alertas relacionados a agressões e ataques, representando 62% do total dos alertas reportados, dando conta dos altos níveis de violência direta que continuam no país. Ao menos dois integrantes da equipe do C-Libre foram vítimas de ameaças graves contra a vida, resultando em seu afastamento forçado para fora do país. Isso tem demonstrado que os autores que atacam as liberdades fundamentais e as pessoas jornalistas também podem dirigir seus ataques contra as OSC que monitoram a situação ou desempenham outro tipo de papel na promoção de um ambiente favorável para

o exercício jornalístico no país. A eleição de Xiomara Castro nos comícios de 28 de novembro gerou certas expectativas positivas, mas é claro que Honduras continua sendo um país estruturalmente perigoso para as pessoas jornalistas.

Perpetradores ligados ao poder, mas desconhecidos

Em 30% dos alertas registrados pelo C-Libre em 2021, não se conhece especificamente quem foi o agressor. A organização deduz que se trata de atores de esferas públicas e privadas com possíveis vínculos com o crime organizado, que se veem afetados pelos temas de investigação jornalística que estão sendo desenvolvidos.

Entretanto, o Estado foi identificado, por meio da

polícia nacional, do congresso, do poder judicial e da guarda de honra presidencial, como autor em 42% dos alertas registrados, e agentes paraestatais em 17%. Também foram documentadas violações feitas por ex-militares, ex-policiais e agentes de segurança privada. Mesmo que seja difícil de comprovar, a relação entre atores corruptos nos setores públicos e privados e o crime organizado é assinada como um terreno fértil para o cultivo de violência extrema contra as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação em Honduras. Desde outubro de 2001, o C-Libre registrou 96 mortes violentas de pessoas comunicadoras sociais, jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação no país. Em 2021, sujeitos desconhecidos assassinaram a Wilmer Joel Fúnez Ochoa, operador da

Radio HRN, no Cerro Cantagallo, localizado na capital Tegucigalpa. Embora não esteja registrado entre os alertas, porque se concentram exclusivamente em violência contra pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação, sujeitos desconhecidos assassinaram três *tiktokers* em setembro.

Perspectiva de gênero e diversidade

Qualquer pessoa que exerça o jornalismo ou trabalhe com comunicação assume uma vida de alto risco em Honduras. No entanto, pessoas que são vitimizadas por normas heteropatriarcais, como mulheres e pessoas LGBTQIA+, estão especialmente em risco. A violência simbólica e estrutural é praticada contra mulheres comunicadoras e jornalistas. Entre os círcu-

los de tomada de decisão nos órgãos executores de Justiça, inclusive por parte das associações de imprensa, não se aplica um protocolo diferenciado com abordagem de gênero para a proteção de pessoas jornalistas mulheres e LGBTQI+.

A resposta estatal diante das violências contra as mulheres comunicadoras sociais e jornalistas tem se limitado à criação do Sistema Nacional de Proteção (SNP) e do Mecanismo Nacional de Proteção (MNP).

Atuando independentemente, tanto a Justiça quanto o MNP dão ordens de proteção e designam policiais para supostamente proteger pessoas em risco. Uma trágica ironia para as mulheres jornalistas e pessoas jornalistas LGBTQI+, já que as mesmas forças policiais e militares que as

tem perseguido, ameaçado e assediado são responsáveis por sua proteção. A Associação de Jornalistas do país tem buscado se distanciar do MNP ao perceber essa contradição. Em 2021, o C-Libre não registrou alertas correspondentes ao indicador transversal de gênero da VdS.

Recomendações

A falta de condições e ambientes seguros e saudáveis para quem exerce o jornalismo, especialmente os altos níveis de impunidade em casos de delitos cometidos contra jornalistas e a instrumentalização do poder estatal para censurar e reprimir, define o panorama para o ODS 16.10.1 em Honduras. A sociedade civil e a comunidade internacional devem pressionar as autoridades para estabelecer um plano nacional contra

a impunidade nos casos de delitos cometidos contra jornalistas, com políticas públicas e ações dirigidas ao efetivo cumprimento na recepção, investigação e judicialização desses casos. Isso inclui a incorporação de planos e atividades articuladas com a sociedade civil e a incorporação de abordagens com base nos direitos humanos e gênero de forma transversal. É necessário melhorar o funcionamento do SNP e do MNP, prestando atenção especial à taxa de efetividade da investigação dos delitos denunciados de atos intimidatórios, assédios e ataques contra jornalistas mulheres, LGBTQI+, indígenas e afrodescendentes.

Também é importante exigir das autoridades a eliminação de certos tipos penais que criminalizam o exercício das liberdades fundamentais, normas que

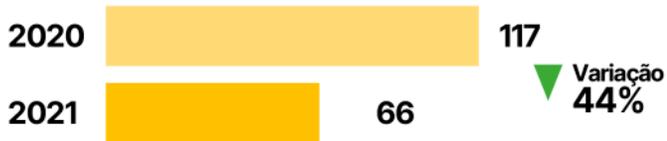
servem para instrumentalizar crimes como “delitos contra a honra” contra pessoas jornalistas.

Para alcançar um ambiente propício para o exercício jornalístico, a sociedade civil requer apoio efetivo e estratégico da cooperação internacional e da filantropia privada. É importante que esses atores também incorporem entre suas prioridades o apoio à produção e desenvolvimento do jornalismo de interesse público.

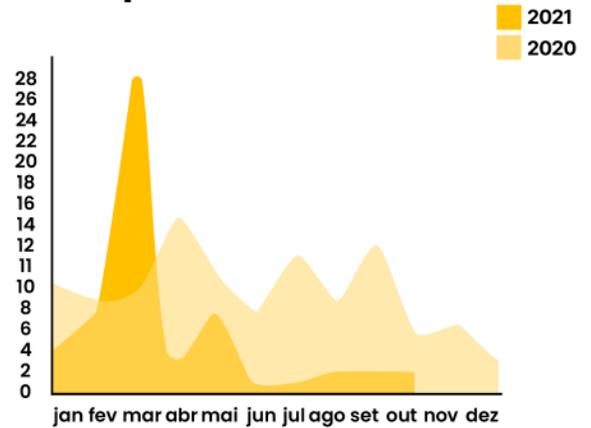
Esse tipo de abordagem é indispensável para promover uma inclusão ampla do espectro de gênero como base de um ecossistema diversificado, plural e saudável de meios de comunicação independentes.

Honduras

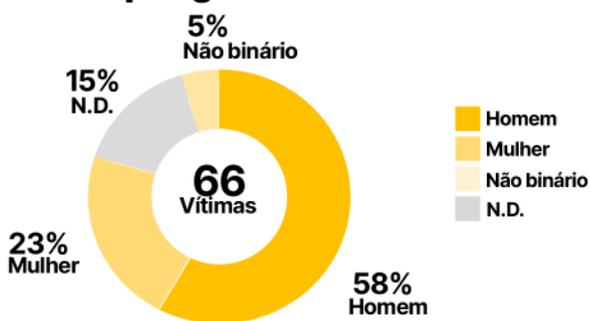
Alertas por ano



Alertas por mês



Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **66**

Agressões e ataques

41

Agressores



Acesso à informação



13

Discurso estigmatizante

5

Uso abusivo do poder estatal

2

Restrições na internet

2

Processos civis e penais

1

Marco jurídico contrário aos padrões internacionais

1

Detenção arbitrária

1

México



A estigmatização e o abuso do poder deterioraram as liberdades públicas

O panorama do ODS 16.10.1 é crítico no México. Em 2021, foram registrados 626 alertas² de violações das liberdades de imprensa e expressão, incluindo nove alertas por assassinato de jornalistas e pessoas trabalhadoras dos meios de comunicação, o que repre-

sentou um aumento de 50% da violência letal quando comparado ao ano de 2020. Os alertas de discurso estigmatizante cresceram 30%. A violência discursiva busca justificar e tornar aceitável, como parte da cultura política, a violência em direção à imprensa.

² ARTICLE 19 documentou 644 agressões de acordo com sua metodologia. Recomendamos verificar seu Relatório Anual 2021: Negação. As diferenças nos alertas aqui registrados se devem a ajustes metodológicos feitos pela rede Voces del Sur. Além disso, não foram documentadas agressões contra familiares de pessoas jornalistas.

A corrente de estigmatização se inicia no nível mais alto do poder: o presidente López Obrador usa seu púlpito para acusar jornalistas e meios de comunicação de propagar notícias falsas e desinformação.

Foram registrados 27 alertas de uso abusivo do poder estatal, incluindo atribuição discricionária da publicidade estatal para favorecer os meios de comunicação aliados com o oficialismo, o que representa um aumento de 93% se comparado ao ano anterior. O Estado foi apontado como agressor em 43% dos alertas.

Seguem os assassinatos num contexto de impunidade e conluio de poderes

Sete jornalistas, dois de seus familiares e duas pessoas

trabalhadoras dos meios de comunicação foram assassinados em 2021. Essa violência extrema é consequência da impunidade. Desde o ano 2000, a Artigo 19 México documentou 153³ assassinatos de jornalistas no país, 141 homens e 12 mulheres, dos quais 22% foram registrados durante o governo de López Obrador.

Veracruz é o estado mais letal para o exercício jornalístico, com 31 assassinatos desde 2000; 18 durante o governo de Javier Duarte, entre dezembro de 2010 e novembro de 2016. 98,1% dos crimes cometidos contra jornalistas entre 2010 e 2021 continuam impunes. Esses crimes se multiplicam sem acarretar consequências, debilitando os mecanismos de proteção existentes: a Promotoria Especial para Investigar Crimes Contra a Liberdade

³ Para a data de publicação deste relatório, a ARTICLE 19 registrou mais um assassinato, são 154 homicídios desde 2000.

de de Expressão (FEADLE) o Mecanismo de Proteção para Pessoas Defensoras de Direitos Humanos e Jornalistas e a Comissão Executiva de Atenção a Vítimas. O conluio e corrupção entre as autoridades públicas, o setor privado e o crime organizado são o núcleo do problema. Na maioria dos assassinatos, as pessoas jornalistas estavam investigando ou tinham revelado possíveis vínculos desse tipo. 16 dos 34 repórteres mortos sob o atual governo cobriam corrupção e política, e os restantes cobriam questões de segurança e Justiça.

Perspectiva de gênero e diversidade

A Artigo 19 monitora o ODS 16.10.1 com uma perspectiva de gênero não binária, desagregando dados para incluir amplamente o espec-

tro de gênero. A organização registrou 365 alertas por ataques contra jornalistas identificados como homens cisgêneros, 192 contra mulheres cisgêneras, dois contra jornalistas identificadas como mulheres trans e dois contra pessoas jornalistas não binárias. Foram registrados 40 alertas correspondentes ao novo indicador transversal de gênero; 21 de agressões e ataques, 16 de discurso estigmatizante, um assassinato, uma detenção arbitrária e uma restrição na internet. As agressões foram o alerta mais frequente contra jornalistas identificadas como mulheres cisgêneras, pessoas não binárias e mulheres trans (66%), incluindo ameaças, intimidação e assédio. Esses ataques levam conotações de violência sexual, discursos sexistas, ameaças e campanhas de despres-

tígio contra as mulheres jornalistas e jornalistas da população LGBTQI+.

A repressão aos protestos feministas mostrou uma grande mobilização de forças de segurança e armas de fogo, resultando em ataques físicos, atos de intimidação e ameaças contra jornalistas. Em novembro de 2020 (#9N), a jornalista Cecilia Solís cobriu um protesto em Cancún por causa do feminicídio de Bianca Alexis. A polícia estatal dispersou o protesto com disparos ao ar e a jornalista foi ferida por balas. Os disparos foram seguidos de prisões arbitrárias e atos de violência física e sexual contra as manifestantes. Em 2021, Solís continuou com a cobertura do #9N e foi assediada por policiais e sujeitos desconhecidos. A Artigo 19 explica que seu meio de comuni-

cação não lhe deu apoio ou proteção e que tentaram dispensá-la. A violência contra jornalistas trans é uma problemática crescente que está começando a ser documentada. Por exemplo, o trabalho jornalístico de Laurel Miranda, uma jornalista mulher trans, que naquela época era chefe de informação no Milenio, foi obstruído; duas de suas colunas sobre a exclusão de mulheres trans em grupos feministas foram censuradas.

Outra categoria social que aumenta os riscos de pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação sofrerem violência é a orientação sexual⁴. Em 2021, no México, foram registrados 11 ataques contra jornalistas que falaram ser da comunidade LGBTQI+. É importante mencionar que há pouca diversidade na profissão e

⁴ Os princípios de Yogyakarta definem a orientação sexual como "a capacidade de cada pessoa de sentir uma profunda atração emocional, afetiva e sexual por pessoas de um gênero diferente ao seu, ou do seu mesmo gênero, ou de mais de um gênero, assim como a capacidade de manter relações íntimas e sexuais com estas pessoas". "Princípios de Yogyakarta", março de 2007, p.6, nota1, <https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=48244e9f2>

que pode existir uma subnotificação das agressões contra jornalistas de sexualidade não heteronormativa⁵ devido às normas heteropatriarcais. A CIDH afirma que a violência e “a discriminação por motivos de orientação ou identidade sexuais podem contribuir muitas vezes para a desumanização da vítima”⁶. A violência contra as mulheres jornalistas, trans e de outras identidades de gênero não binárias e as diversas orientações sexuais refletem também a falta de inclusão e violência nos meios de comunicação social.

Recomendações

A impunidade e a falta de condições seguras, sadias e propícias para jornalistas e audiências definem o ambiente hostil que impede os avanços sustentáveis

relativos ao ODS 16.10.1 no México. Diante dos assassinatos de jornalistas, as autoridades responsáveis, a sociedade civil e a comunidade internacional devem prevenir, proteger e investigar diligentemente todos os crimes e agressões contra a imprensa para combater a impunidade.

Deve-se fortalecer a Promotoria Especial para Investigar Crimes Contra a Liberdade de Expressão (FEADLE), o Mecanismo de Proteção para Pessoas Defensoras de Direitos Humanos e Jornalistas e a Comissão Executiva de Atenção às Vítimas, por meio de uma maior coordenação institucional, participação da sociedade civil e cooperação com organizações internacionais especializadas. Além disso, também é urgente pressionar as autoridades para que desistam de estigmatizar

⁵ O termo “heteronormatividade” se refere à tendência cultural a favor das relações heterossexuais, em que tais relações são consideradas “normais, naturais e ideais” e são preferidas sobre as relações do mesmo sexo ou do mesmo gênero. A heteronormatividade é composta por regras jurídicas, sociais e culturais que obrigam as pessoas a atuarem conforme os padrões heterossexuais dominantes e prevalecentes. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexuais na América”, OAS/Ser.L/V/II.rev.2.Doc. 36, 12 de novembro de 2015, pp.40-41, <https://www.org.org/es/cidh/informes/pdfs/ViolenciaPersonasLGBTI.pdf>

⁶Ibid., p. 38.

quem exerce o jornalismo, pois esses discursos prejudicam o fluxo de informação e o debate público e aumentam os riscos de violência para a imprensa. Pelo contrário, as autoridades, começando com o Executivo Federal, devem condenar a violência contra a imprensa. É importante regulamentar a lei geral de comunicação social, regulando o uso da publicidade estatal.

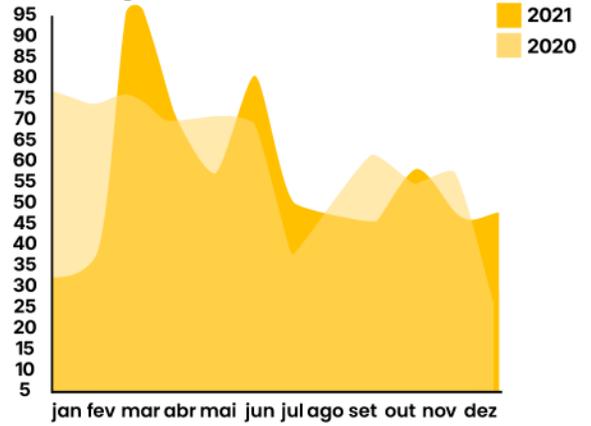
México

Alertas por ano

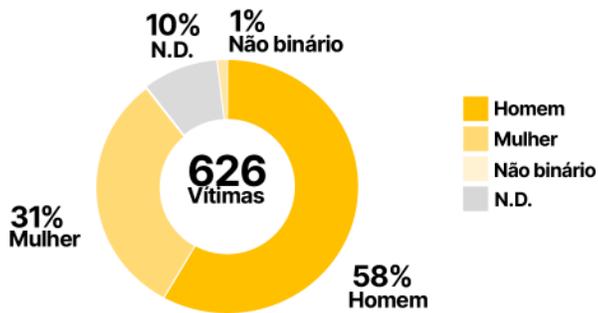


▼ Variação
10%

Alertas por mês



Vítimas por gênero



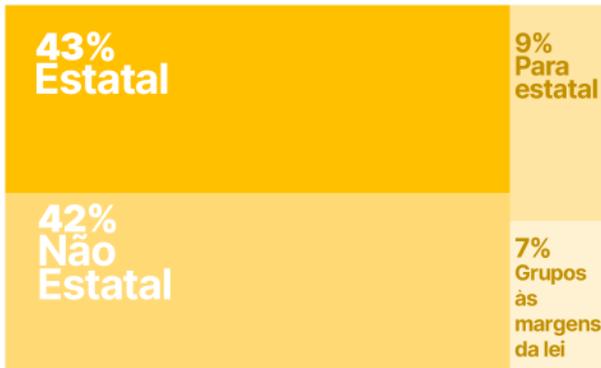
Indicadores

⚠ Total de alertas: **626**
♀ Alertas de gênero: **40**

Agressões e ataques

405

Agressores



Restrições na internet

86

Acesso à informação

51

Detenção arbitrária

31

Uso abusivo do poder estatal

27

Processos civis e penais

14

Assassinato

9

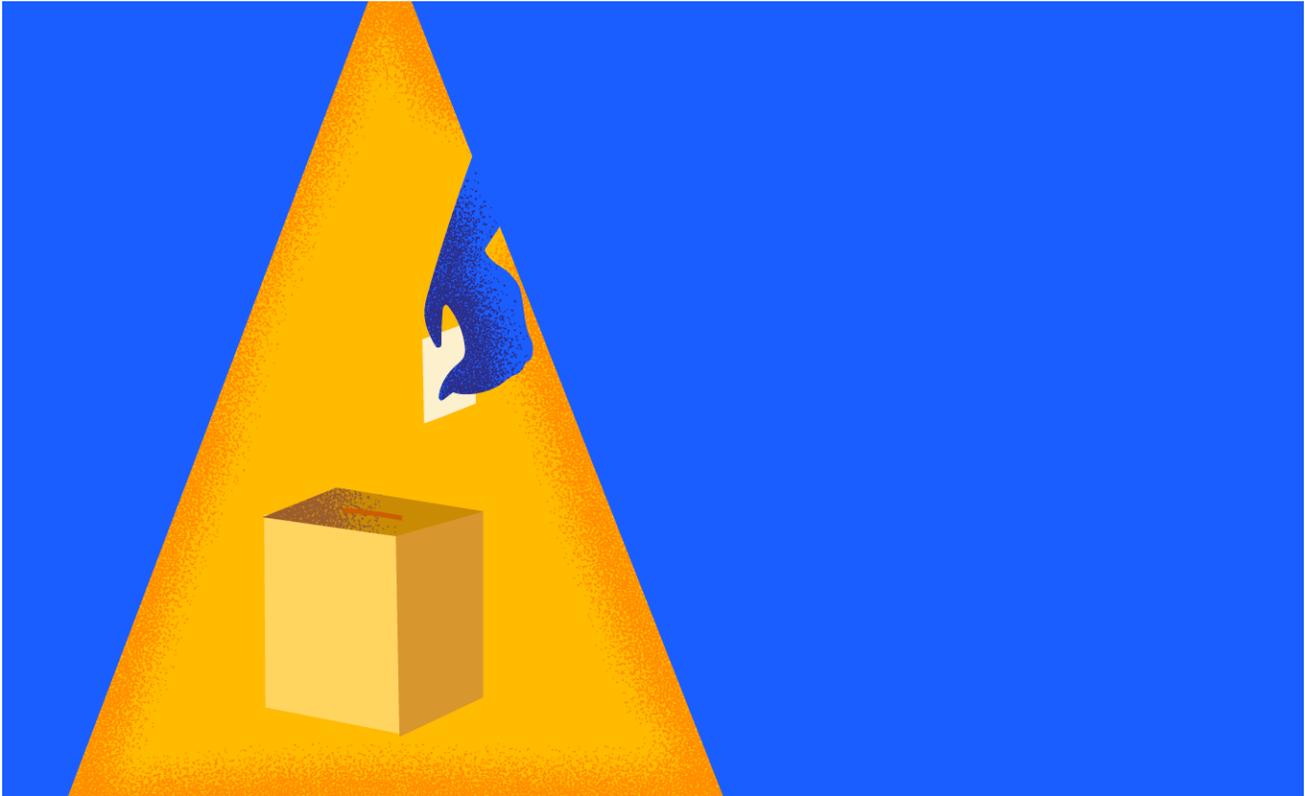
Tortura

2

Desaparecimento forçado

1

Nicarágua



Recrudescimento da repressão no contexto eleitoral

Desde o início de 2021, como prévia das eleições de novembro, o regime Ortega Murillo começou uma nova caçada contra os meios de comunicação independentes e as pessoas jornalistas, assim como contra a oposição política e os cidadãos em geral. Usando

leis repressivas aprovadas em 2020 - as leis de agentes estrangeiros, delitos cibernéticos e segurança nacional, que estabelece o delito de traição à pátria -, o governo processou sete candidatos presidenciais, incluindo Cristiana Chamorro, até fevereiro de 2021 presidente

da Fundação Violeta Barrios de Chamorro (FVBCH), parceira da VdS.

Chamorro e dois trabalhadores administrativos da FVBCH, Walter Gómez e Marcos Fletes, assim como o motorista, Pedro Vásquez, foram condenados em julgamentos espúrios por lavagem de dinheiro e gestão abusiva e continuam detidos até o fechamento desta publicação. O caso serviu para citar e assediar mais de 30 pessoas jornalistas, participantes dos programas da organização, que foram interrogadas e ameaçadas com processos judiciais. A situação do ODS 16.10.1 na Nicarágua é crítica, com um total de 701 alertas, o que representa um aumento de 149% se comparado com 2020. Destes, 43% correspondem ao uso abusivo do poder estatal, 41% a agressões e ataques e 9% a

processos judiciais civis e penais.

Prisão, confisco e exílio marcam o jornalismo na Nicarágua

A Rede VdS documentou os casos de dois jornalistas presos, Miguel Mendoza e Miguel Mora, assim como o caso do comentarista político Jaime Arellano. Além de Cristiana Chamorro, que faz parte do conselho diretivo do jornal La Prensa, também foram capturados e continuam presos seu irmão Pedro Joaquín, também diretor do La Prensa, e seu primo Juan Lorenzo Holmann, presidente do conselho do jornal e que desempenhava o papel de gerente geral. Holmann foi capturado na madrugada do dia 14 de agosto, horas depois de as autoridades tomarem as instalações do

La Prensa, o único jornal de circulação nacional, alegando uma investigação por fraude aduaneira e lavagem de dinheiro. Outro meio de comunicação, a revista digital Confidencial, foi invadido, teve seu escritório tomado e seus equipamentos confiscados pela segunda vez em três anos, em 20 de maio.

A perseguição contra jornalistas na Nicarágua está em todas as esferas, incluindo o espaço digital. Existe uma campanha permanente do regime de Ortega Murillo contra jornalistas e meios de comunicação independentes, que acusa de “golpistas”, fazendo alusão aos protestos de cidadãos de 2018 que foram considerados uma “tentativa de golpe de Estado”. O regime desdobra a maior quantidade de instituições governamentais possível para silen-

ciar jornalistas. Além de usar o assédio fiscal como mecanismo de intimidação, também tem utilizado o órgão que rege a propriedade privada. Em agosto, a Intendencia de la Propiedad expropriou a casa de Patricia Orozco, diretora do portal digital Agenda Propia. Orozco declarou que o Estado havia lhe dado a casa em Managua nos anos 80, mas agora o governo a reclamou como propriedade governamental. Em meio a esse clima de perigo, dezenas de jornalistas da Nicarágua saíram do país para preservar sua liberdade e continuar exercendo o jornalismo.

Perspectiva de gênero e diversidade

Foram registrados 146 alertas de ataques contra jornalistas homens e 83 contra mulheres. Entre os

ataques contra as mulheres jornalistas, prevalecem as agressões e ataques (57%) e os processos civis e penais (30%). Há também a tendência de nomear a família de mulheres jornalistas nas ameaças. O caso de Kalúa Salazar, chefe de imprensa da Radio La Costeñísima, uns dos poucos meios de comunicação da costa caribenha da Nicarágua, é emblemático. A polícia mantém uma presença habitual fora de sua casa, na cidade de Bluefields, desde o começo de 2021. Oficiais da polícia assediam Salazar frequentemente na presença de suas filhas menores de idade, que sofrem consequências psicológicas. Pede-se por mais informação desagregada sobre as violências contra as pessoas jornalistas na Nicarágua. É notável que a pandemia teve um impacto diferenciado para as mulheres jornalistas,

pelas normas que se estabeleceram em alguns meios de comunicação para evitar contágios: por exemplo, turnos de 24 horas.

Isso afetou de forma considerável muitas jornalistas, pois é comum na Nicarágua que as mulheres continuem sendo desproporcionalmente responsáveis pelas atividades de cuidados familiares e muitas tiveram de desistir do seu emprego. Também são observadas assimetrias de gênero nos meios de comunicação do país, onde as diferenças salariais são comuns, afetando a remuneração das mulheres jornalistas. A Rede VdS registrou quatro alertas que correspondem ao novo indicador transversal de gênero, dois de agressões e ataques, um de acesso à informação e um de discurso estigmatizante.

Recomendações

O projeto político autoritário e dinástico de Daniel Ortega e Rosario Murillo na Nicarágua é a antítese da democracia e do desenvolvimento sustentável; representa o primeiro e principal obstáculo para conquistar os avanços do ODS 16.10.1 no país. A sociedade civil e a comunidade internacional devem trabalhar para fortalecer a segurança psicológica, jurídica, física e digital das pessoas jornalistas na medida do possível diante de um sistema de Estado-família-partido que mantém o poder por meio da violência, vigilância e repressão. É importante dar o apoio integral às pessoas jornalistas afastadas forçadamente, pois muitas dessas vivem em situações precárias nos países de destino como Costa Rica, Espanha e Estados Unidos.

Considerando a ausência total de qualquer caminho institucional em nível nacional, deve-se ativar todos os mecanismos possíveis do direito internacional para exigir a libertação das pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação que estão privadas da sua liberdade. Também deve-se assegurar que os crimes contra pessoas jornalistas não fiquem impunes, a começar pelo assassinato do jornalista Ángel Gahona, em 2018, no caribe nicaraguense. Quanto ao monitoramento com perspectiva de gênero e inclusão, é necessário integrar uma análise baseada em informação desagregada sobre as violências contra as pessoas jornalistas no país. É importante documentar rigorosamente essas manifestações da violência para completar a lacuna de informação sobre os efeitos diferenciados e discrimi-

nação dessas violências no país.

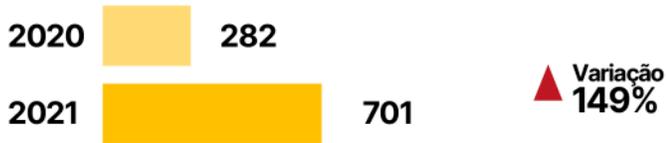
Tanto as OSCs como as pessoas jornalistas e os meios de comunicação nicaraguenses devem continuar a operar com capacidades mínimas instaladas, mas indispensáveis dentro do país, apoiadas por estruturas institucionais fora do país.

Por exemplo, é melhor evitar o risco de fazer a administração do monitoramento da violência contra as pessoas jornalistas na Nicarágua. Em vez disso, devem se concentrar em proporcionar o mais alto nível de segurança possível para os jornalistas que cobrem as realidades no país. O apoio da cooperação internacional e da filantropia privada é necessário para uma estratégia abrangente e de longo prazo que inclua a sociedade civil, os meios de comunicação e as pessoas

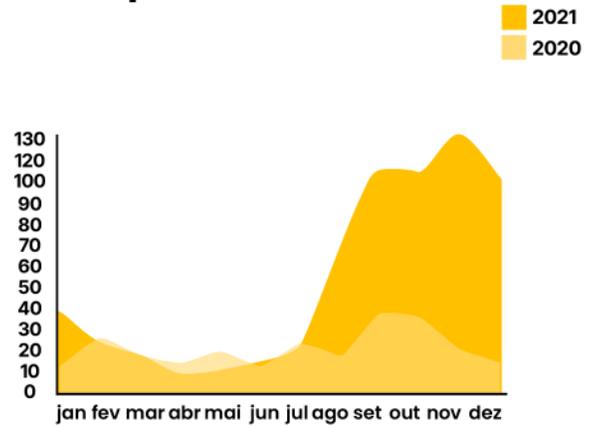
jornalistas que continuam a trabalhar para superar a censura oficial e informar mais audiências.

Nicarágua

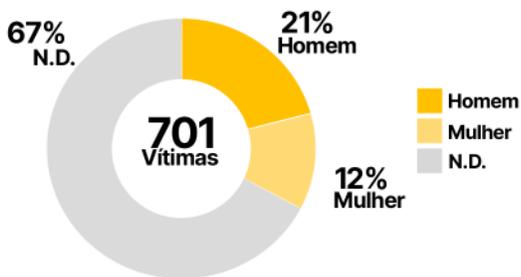
Alertas por ano



Alertas por mês



Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **701**
♀ Alertas de gênero: **3**

Uso abusivo do poder estatal



Agressões e ataques



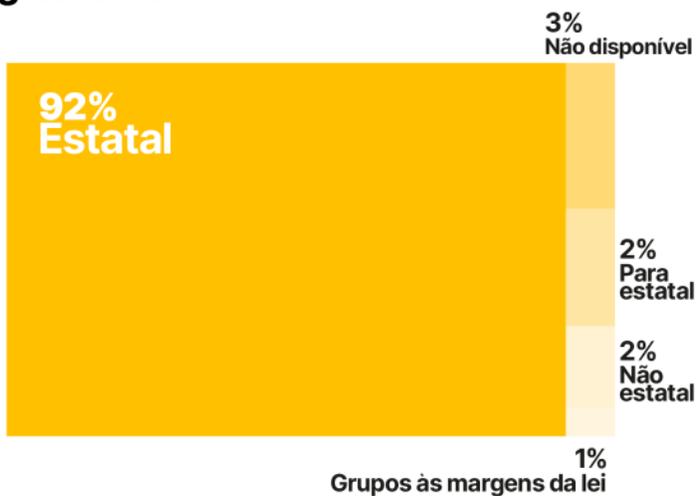
Processos civis e penais



Discurso estigmatizante



Agressores



Detenção arbitrária



Acesso à informação



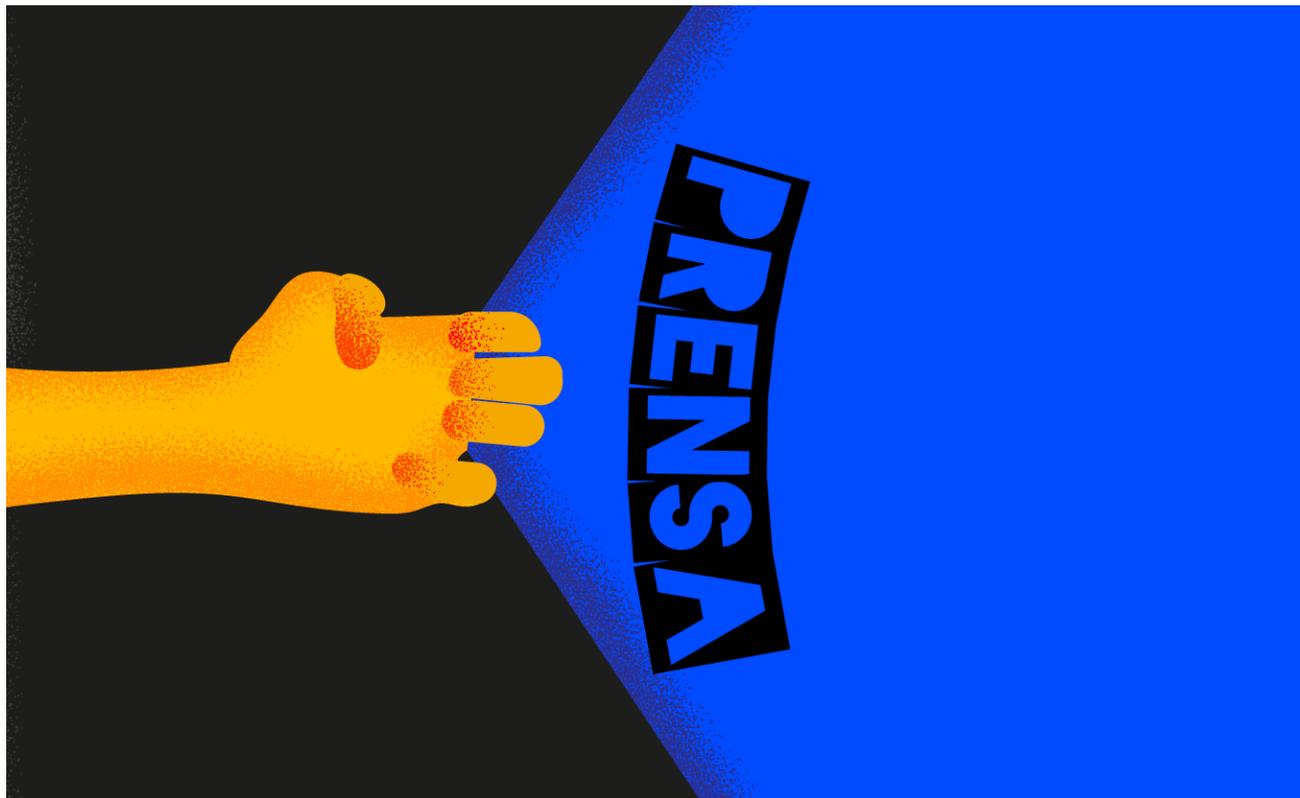
Restrições na internet



Sequestro



Peru



Surge tensão entre o poder e os meios de comunicação

A situação do ODS 16.10.1 no Peru se encontra em deteriorização. Durante 2018 e 2019, os primeiros dois anos de monitoramento feito pelo IPYS Peru, parceiro da VdS, o país mostrou alguns dos melhores números da região, reportando apenas 13 e 15 alertas,

respectivamente. No entanto, a situação das liberdades fundamentais vem piorando de maneira rápida no país desde 2020, particularmente após a onda de protestos que sacudiu o país em novembro daquele ano. Em 2020, o IPYS Peru reportou 57 alertas.

Essa tendência de deterioração se aprofundou em 2021, especialmente a partir da posse de Pedro Castillo no mês de julho, quando foram registrados 77 alertas. Em um ambiente de efervescência e polarização política, o novo governo do Peru mantém uma atitude hostil em relação à imprensa. Os funcionários públicos se recusam a dar entrevistas e não respondem perguntas incômodas, algo que se choca de frente com a forte tradição de fiscalização que cultivaram os jornalistas e meios de comunicação independentes do Peru desde a queda de Fujimori.

Em 2021, os alertas registrados no Peru aumentaram 35%, impulsionados principalmente pelo aumento de 100% nas restrições de acesso à informação, 75% no uso abusivo do poder estatal, 65% nas agressões e

ataques e 50% nos processos judiciais.

A violência contra a imprensa cresce e se intensifica

A poucos dias de tomar posse, o novo governo mostrou desprezo pela liberdade de imprensa. No dia 29 de julho, jornalistas de todos os meios de comunicação se encontravam fora do Gran Teatro Nacional, em Lima, impedidos de entrar para cobrir o juramento dos ministros. Mais uma vez, no dia 5 de agosto pela manhã, os meios de comunicação foram impedidos de entrar no Palácio de Governo para cobrir a cerimônia oficial na qual o presidente Pedro Castillo foi reconhecido como chefe supremo das Forças Armadas e da Polícia Nacional. São eventos inéditos na história recente do Peru. Além disso, ao menos

em duas ocasiões, o pessoal da segurança presidencial agrediu fisicamente pessoas jornalistas. Esse comportamento de restrições de acesso à informação e de uso abusivo do poder estatal se repete em todos os níveis de governo, desde o ministro de Minas e Energia Eduardo González, que disse que só dará declarações aos "meios de comunicação que não lhe causem problemas", até o assessor presidencial, Ricardo Belmont Cassinelli, que ameaçou publicamente retirar a publicidade oficial do grupo El Comercio.

A deterioração da situação da liberdade de expressão no Peru se manifesta também pela via legal.

No dia 10 de novembro, o jornalista Denis Flores Díaz, ex-diretor de um programa de rádio, foi sentenciado em primeira instância pelo

delito de difamação contra Javier Cárdenas Guevara, diretor de uma Unidade de Gestão Educativa Local. Em 2021, o IPYS Peru registrou a abertura de seis processos judiciais contra pessoas jornalistas no país, incluindo investigações contra Ernesto Cabral, do portal Ojo Público, por revelar áudios do caso Lava Jato, investigações contra a jornalista Paola Ugaz pelo suposto delito de lavagem de dinheiro, em aparente represália pelas revelações sobre abusos na organização religiosa Sodalicio Vida Cristiana, e uma investigação contra jornalistas da Willax TV, por supostos delitos de conspiração para cometer sedição. A crescente animosidade do poder com a imprensa e o jornalismo independente termina em um aumento dos níveis de violência. Em 2021, foram registrados 56 casos de agressões e ataques

a jornalistas, alguns graves, incluindo um atentado com coquetel molotov contra o automóvel do jornalista Roberto Sánchez Mamani, na entrada da rádio onde trabalha, e um incêndio que provocou a perda total do automóvel do jornalista Carlos Padilla Castillo em represália por seu trabalho jornalístico.

Perspectiva de gênero e diversidade

O IPYS Peru reportou 21 alertas de violações contra as mulheres jornalistas - o que representou um aumento anual de 133% -, e 42 contra homens - um aumento anual de 17%. As agressões e ataques constituem 81% dos alertas contra mulheres jornalistas. O assédio por meio de redes sociais é a forma mais comum de ataque contra elas. Esse assédio on-line

foi consolidado por meio de campanhas de difamação, incluindo comentários sobre a aparência física ou a sexualidade das jornalistas. A organização destaca o caso de uma ativista, Amanda Meza, que dirige um meio de comunicação comunitário chamado Wayka, que luta pelos direitos humanos e laborais, a igualdade de gênero e a não discriminação. A jornalista foi severamente assediada nas redes por meio de comentários sexistas sobre seu aspecto físico. O IPYS Peru enfatiza que dentro dos meios de comunicação, mais que a diferença salarial - que, sim, é um problema latente -, existe a falta de paridade na representação dos gêneros. Explica também que, nos meios tradicionais, existe maior discriminação pelos assuntos de gênero, incluindo casos de assédio laboral

que não são documentados de forma adequada nem atendidos de maneira formal. Registrou-se um alerta correspondente ao novo indicador transversal de gênero, por agressões e ataques.

Recomendações

A sociedade civil, a comunidade internacional e especialmente os cidadãos não devem subestimar a deterioração da situação do ODS 16.10.1 no Peru. É imprescindível reconhecer a gravidade das ameaças às liberdades de imprensa e expressão, aprendendo com as lições de outros países da região, onde a deterioração tem se mostrado um ciclo vicioso do qual é difícil escapar. Uma coalizão ampla e multissetorial, com apoio da comunidade internacional, pode exigir do governo transparência,

acesso à informação pública e o respeito ao escrutínio e à fiscalização da imprensa. Isso inclui desistir de processar pessoas jornalistas e descriminalizar os delitos relacionados ao exercício jornalístico, promovendo mecanismos alternativos para a solução das controvérsias, como a retificação de conteúdo. As autoridades devem parar de abusar do poder usando a designação da publicidade oficial para castigar meios de comunicação críticos e recompensar os leais. O Estado deve cumprir seu dever de garantidor das liberdades fundamentais, começando por assegurar que os crimes contra pessoas jornalistas não permaneçam na impunidade e tomar medidas diante do crescimento e da intensificação da violência contra a imprensa.

Para cumprir com seu

papel catalisador, contribuindo para a construção das condições e ambientes saudáveis e seguros para o exercício do jornalismo, a sociedade civil necessita do apoio dos atores da cooperação internacional e da filantropia privada. Esse tipo de apoio é também necessário para que os meios de comunicação e as pessoas jornalistas independentes possam produzir e desenvolver jornalismo de interesse público. O desenvolvimento do ecossistema dos meios de comunicação representa uma oportunidade para que se inclua amplamente o espectro de gênero em todas as áreas do jornalismo.

Peru

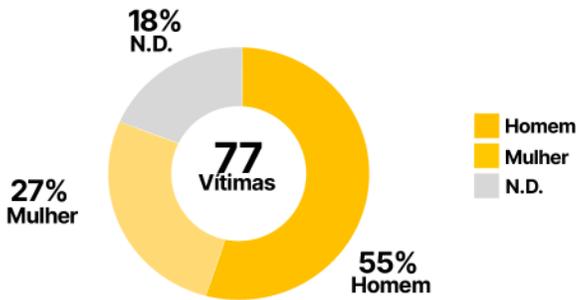
Alertas por ano



Alertas por mês



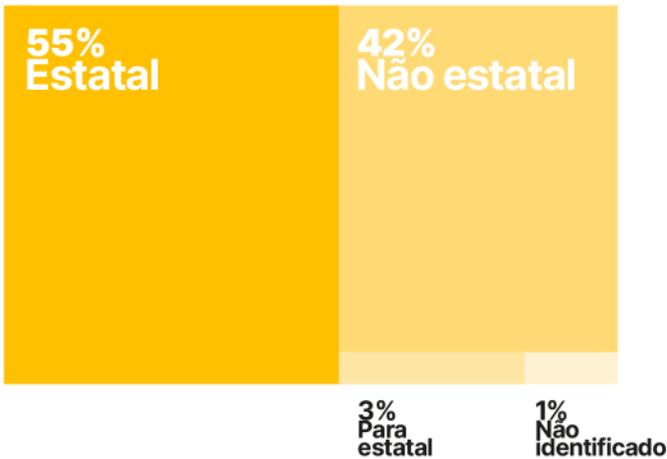
Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **77**
♀ Alertas de gênero: **1**

Agressores



Agressões e ataques



Acesso à informação



Discurso estigmatizante



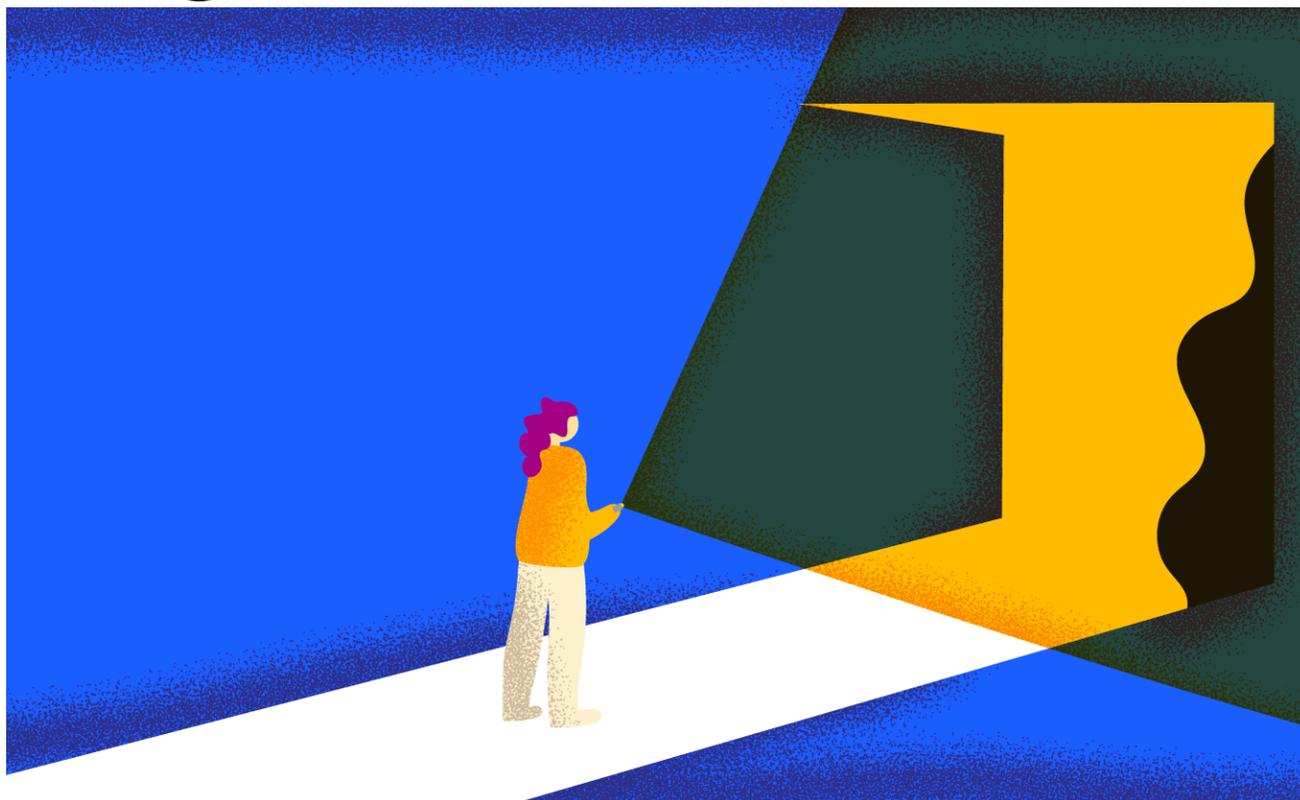
Processos civis e penais



Uso abusivo do poder estatal



Uruguai



O Estado uruguaio não é mais o grande protetor das liberdades

O panorama para o ODS 16.10.1 no Uruguai, a partir dos dados de 2021, aponta claramente que já não é possível considerar o Estado uruguaio como um modelo a ser seguido no que se refere à proteção das liberdades fundamentais na América Latina. Registrou-se

um crescimento de 90% no número total de alertas entre 2020 e 2021, passando de 37⁷ para 70 alertas registrados. Essa piora foi impulsionada pelo aumento de 450% dos alertas de discurso estigmatizante, 400% de processos civis e penais e 67% de restrições

⁷ Errata: para o Relatório Sombra de 2020, o CAInfo relatou 24 alertas registrados. Contudo, depois de uma revisão, o número foi atualizado para 37 alertas em 2020.

de acesso à informação, o que se interpreta como uma deterioração do cumprimento da lei de acesso à informação pública, que por anos foi um estandarte do Estado uruguaio. O CAinfo, parceiro da VdS, alerta sobre a escalada de hostilidades direcionadas ao trabalho da imprensa uruguaia.

Agressões estatais e criminalização

Em 2021, o Estado foi identificado como agressor em 73% dos alertas registrados no Uruguai. Não se pode negar que o governo do presidente Luis Lacalle Pou fomentou o antagonismo com a imprensa. Um exemplo claro é a prevalência de casos de discurso estigmatizante por parte de pessoas funcionárias públicas, ministras e senadoras. As ações judiciais contra jornalistas por parte de

pessoas partidárias de Lacalle também são preocupantes. Em termos de criminalização, é relevante ressaltar o caso de um processo por difamação e injúria contra jornalistas da revista Caras y Caretas e do jornal La Diaria, apresentado pela líder conservadora Pilar Silvestre. A denunciante acusou as pessoas jornalistas de terem impedido sua nomeação para um cargo no Ministério do Desenvolvimento Social com comentários feitos em um artigo publicado em 2020. Além desse caso, é notável a tendência do uso do sistema judicial para inibir as investigações jornalísticas, uma forma de Processo Jurídico Estratégico Contra a Participação Pública (SLAPP, na sigla em inglês) que tem sido uma das consequências mais graves do discurso estigmatizante dos funcionários públicos. O clima

de enfrentamento que se mantém contra os jornalistas desde que o partido está no poder nunca diminuiu desde as eleições de 2020 e se agravou com a pandemia da Covid-19, à medida que os meios de comunicação passaram a fiscalizar a resposta do governo e a verificar o discurso público, incluindo os de figuras políticas.

Perspectiva de gênero e diversidade

O CAinfo registrou 41 alertas por violências contra jornalistas homens e 10 contra mulheres - um aumento de 116% e 150%, respectivamente. A organização explica que o maior desafio no monitoramento das violências contra jornalistas com perspectiva de gênero é a invisibilidade e a falta de representação nos meios de comunicação. Embora exista

hoje no país uma paridade de gênero entre jornalistas - onde as mulheres representam a maioria da base estudantil da carreira de jornalismo - a maioria dos cargos executivos e de direção estão ocupados por homens recebendo melhores salários e maior reconhecimento. Essa falta de representação fica pior no caso de jornalistas trans.

O CAinfo destaca também as violências dentro dos meios de comunicação nos quais se deram casos de abuso e assédio sexual. Em 2021, foram lançadas diversas campanhas na linha do #metoo e foi criada uma conta específica para casos dentro dos meios de comunicação. O problema continua sendo a falta de um sistema de denúncias formal e seguro, com o qual seria possível observar a violência de gênero. Porém,

não há dados e estatísticas para explicar melhor essa questão. O CAinfo registrou oito alertas correspondentes ao novo indicador transversal de gênero, três de discurso estigmatizante, dois de acesso à informação, dois de processos civis e penais e um de uso abusivo do poder estatal.

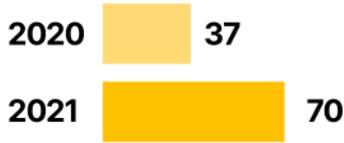
Recomendações

É preocupante que uma das democracias mais sólidas da região se deteriore de maneira tão rápida. A sociedade civil uruguaia e o Estado devem trabalhar para proteger as liberdades de imprensa e expressão acima dos interesses partidários. O presidente Lacalle Pou deve dar conta dos avanços de seu governo e de seus aliados contra a imprensa e frear os avanços dos membros do seu partido para criminalizar e estigma-

tizar jornalistas. Também deve trabalhar para recuperar e fortalecer um quadro institucional claro que proteja o trabalho das pessoas jornalistas acima da vontade de quem esteja no poder. Tanto as organizações nacionais como as internacionais devem comprometer-se em monitorar de perto a situação do país para frear a deterioração.

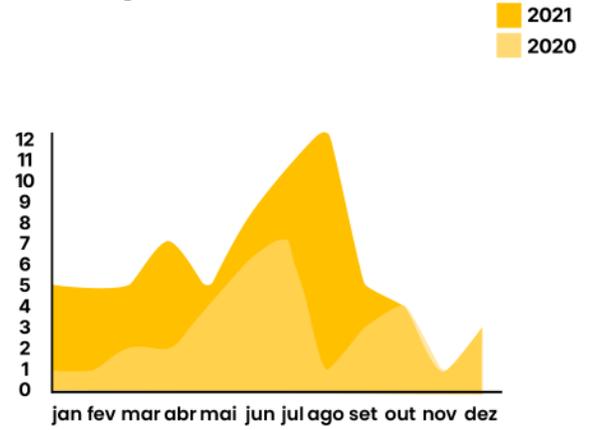
Uruguai

Alertas por ano

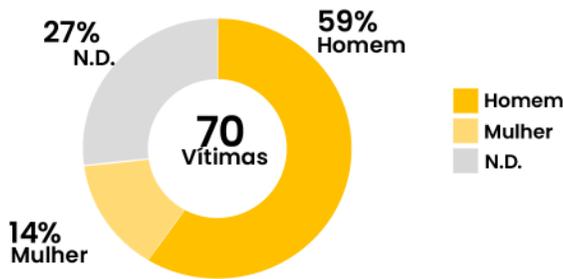


▲ Variação **89%**

Alertas por mês



Vítimas por gênero



Indicadores

Acesso à informação

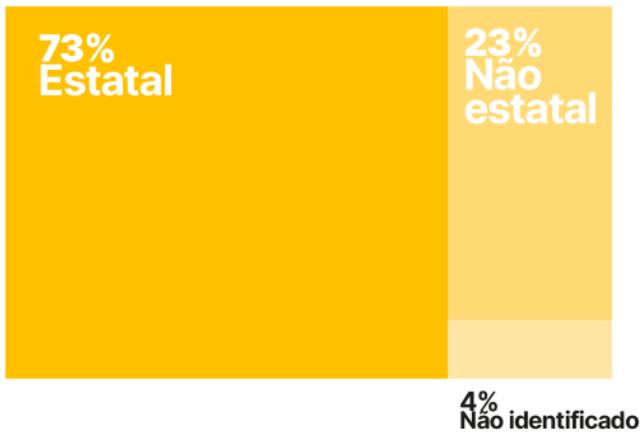


30

⚠ Total de alertas: **70**

♀♂ Alertas de gênero: **8**

Agressores



Processos civis e penais



15

Discurso estigmatizante



11

Restrições na internet



2

Agressões e ataques



4

Marco jurídico contrário aos padrões internacionais



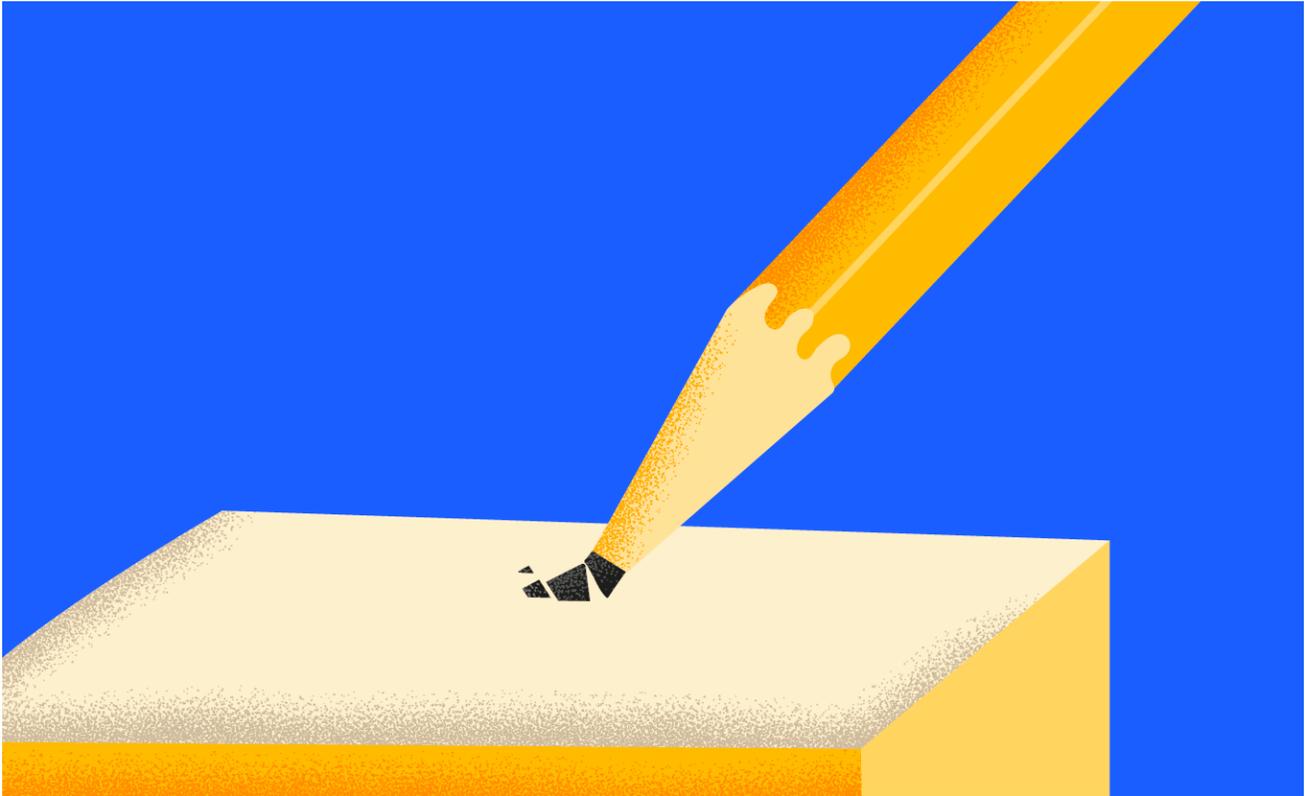
4

Uso abusivo do poder estatal



4

Venezuela



A instrumentalização do medo para censurar

O estado da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação permanece grave na Venezuela. O ano de 2021 foi marcado pela convocação de eleições regionais e municipais. Nesse contexto, o IPYS Venezuela, parceiro da VdS, registrou

452 alertas, o que representa uma ligeira diminuição (11%) quando comparado com o ano anterior. Registrou-se um aumento de casos de restrições de acesso à informação (102%), como obstrução de coberturas e de acesso a espaços públicos. Também houve

reiteradas tentativas de estigmatização e criminalização dos jornalistas. Esses casos aumentaram 50%. O medo de se expressar levou à autocensura a partir da ameaça latente e permanente de violência contra qualquer voz crítica. Os meios de comunicação e as pessoas jornalistas venezuelanas tiveram que desenvolver estratégias de sobrevivência, adaptando-se às limitações do contexto. A impossibilidade de construir espaços críticos dentro dos meios de comunicação tradicionais direcionou a imprensa independente à internet e às redes sociais. Os meios de comunicação digitais conseguiram driblar a (auto)censura imposta pelo Estado, mesmo tendo que pagar, muitas vezes, com o exílio. Mesmo assim, ainda enfrentam constantes ataques. Em 2021, foram registrados 160 casos de

agressões e ataques e ao menos 20 processos judiciais civis e penais. O Estado venezuelano é identificado como o responsável por 70% de todos os alertas.

Desertos midiáticos e as limitações do jornalismo digital

O medo levou as pessoas jornalistas e meios de comunicação na Venezuela à autocensura. Especialmente nas regiões do interior do país, o medo de difundir conteúdo crítico sobre a realidade do país é palpável e se explica pela repressão.

A (auto)censura é uma realidade assumida pelas pessoas jornalistas e os meios de comunicação. Traduz-se em evasão da informação, um jornalismo que se acostumou a evitar temas sensíveis e teve que optar por contar

histórias desconectadas da realidade do país.

Esse é o único jornalismo que se permite nos meios de comunicação tradicionais do país como a televisão. No entanto, os meios de comunicação digitais têm conseguido romper a (auto) censura, principalmente os meios de comunicação e pessoas jornalistas que exercem seu trabalho no exílio. Os meios de comunicação digitais venezuelanos não só conseguiram sobreviver, como têm demonstrado uma capacidade de inovação que tem permitido o ressurgimento do jornalismo de alto nível na Venezuela.

Contudo, o alcance e, em consequência, o impacto destas plataformas continuam sendo limitados pela realidade de um país que, em grande parte, permanece desconectado da internet

devido às carências econômicas, falta de infraestrutura e políticas repressivas. Isso criou desertos de informação no país, áreas inteiras do território nacional onde a população não tem acesso à informação independente. É preocupante a capacidade que mostra o Estado de articular-se com outros atores, como as empresas provedoras de internet, CANTV, Movistar e Digitel, para aplicar censura on-line. O IPYS Venezuela relatou bloqueios a portais de notícias e inclusive apagões de redes sociais claramente vinculados à conjuntura social, em uma tentativa de impedir a cobertura e o debate público sobre protestos de cidadãos.

Perspectiva de gênero e diversidade

O IPYS Venezuela registrou 193 alertas contra os

jornalistas homens e 126 contra mulheres jornalistas. A organização está começando seu monitoramento com perspectiva de gênero e inclusão e menciona que as agressões e insultos a mulheres jornalistas inclui um componente diferenciado, no qual os comentários são dirigidos à aparência física e sexualidade e subestimam seu trabalho jornalístico. Destaca-se um caso emblemático contra uma jornalista que denunciou uma possível vinculação entre um criminoso assassinado e um funcionário público. A reação foi uma campanha de ataques contra a jornalista que, em consequência das ameaças, teve que emigrar do país. Os comentários e agressões tinham uma conotação sexual, o que tem se tornado cada vez mais comum no país. O programa de Diosdado Cabello é

uma plataforma para agredir jornalistas mulheres e da população LGBTQI+, fazendo uso do discurso estigmatizante na forma de apelidos humilhantes e mensagem de desprestígio. A questão do assédio sexual contra mulheres jornalistas também foi colocada sobre a mesa na Venezuela por meio do movimento "Yo Te Creo", parte do #metoo, a partir do qual várias jornalistas relataram agressões sexuais. Registraram-se sete alertas correspondentes ao novo indicador transversal de gênero, quatro de discurso estigmatizante e três de agressões e ataques.

Recomendações

É indispensável reconhecer que qualquer avanço relacionado ao ODS 16.10.1 na Venezuela representa uma ameaça existencial para o regime corrupto e autoritário

que impera no país. A sociedade civil e a comunidade internacional devem encontrar, na medida do possível, maneiras efetivas e inovadoras para fortalecer as condições e o ambiente para o exercício jornalístico, em um contexto no qual o Estado e as autoridades claramente consideram as pessoas jornalistas e os meios de comunicação independentes como inimigos a serem derrotados. Em 26 de outubro de 2021, o jornalista e ativista político Roland Carreño completou um ano de detenção arbitrária. Carreño foi acusado dos delitos de conspiração, tráfico ilícito de armas de guerra, lavagem de dinheiro e associação para delinquir. Desde o início do procedimento, sua defesa denunciou irregularidades como a manipulação de provas e violações no processo. O IPYS Venezuela denunciou a judicialização contra jor-

nalistas e exigiu sua liberdade plena e imediata. Pela falta de mecanismos a nível nacional para proteger as pessoas jornalistas dos abusos do poder estatal, deve-se manter a pressão internacional para exigir a liberação de Carreño.

A realidade é que tanto a sociedade civil como os meios de comunicação independentes conseguiram continuar funcionando na Venezuela porque têm capacidades instaladas fora do país, que complementam as complexas e perigosas operações dentro do país. Os atores da cooperação internacional e da filantropia privada devem reconhecer essa realidade, disponibilizando apoio efetivo e estratégico para facilitar o papel das OSC na proteção do jornalismo.

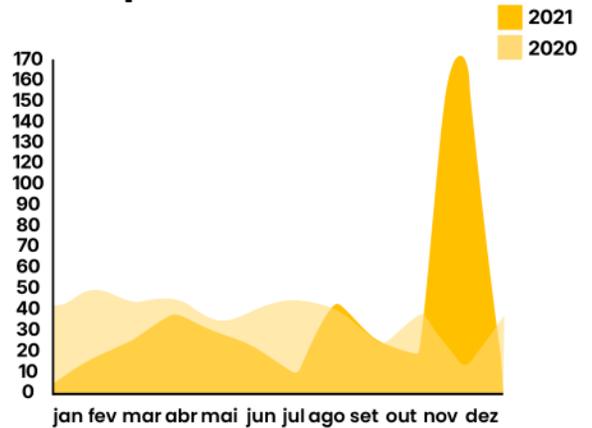
Venezuela

Alertas por ano

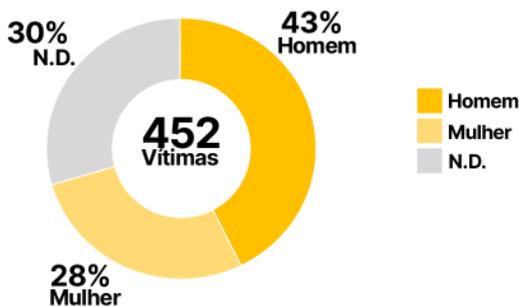


Variação 11%

Alertas por mês



Vítimas por gênero



Indicadores

⚠ Total de alertas: **452**
♀ Alertas de gênero: **7**

Acesso à informação

172

Agressões e ataques

160

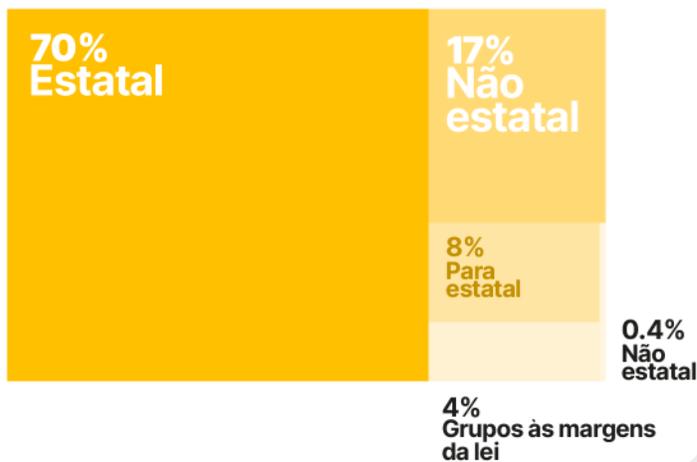
Discurso estigmatizante

72

Processos civis e penais

20

Agressores



Detenção arbitrária

17

Restrições na internet

7

Uso abusivo do poder estatal

3

Desaparecimento forçado

1

Conclusões e recomendações

O estado da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação na América Latina é sombrio.

Os dados coletados e sistematizados pela Rede VdS confirmam tendências de deterioração que foram assinaladas nos relatórios anteriores. Por exemplo, a continuidade da violência extrema e a perversidade do discurso estigmatizante. A análise cuidadosa dos dados de 2021, junto às reflexões das equipes das OSC, reflete padrões de violência que começam pelo simbólico, por exemplo, o discurso estigmatizante, seguido de ameaças e intimidação, para

depois materializarem-se nas formas de violência direta, como ataque e agressões, sequestros, torturas e assassinatos.

A violência institucionaliza-se em nível estrutural, por meio do uso abusivo do poder estatal, do assédio judicial e administrativo e da legislação repressiva.

Essas violências, por sua vez, são exercidas de maneira diferenciada contra mulheres, homens, pessoas não binárias e da comunidade LGBTQI+. Do mesmo modo, a etnia, a idade, a orientação sexual, a capacidade física, entre outros fatores de identidade, condicionam

a maneira como as diferentes populações sofrem os diferentes tipos de violência. E apesar da presença e da participação das mulheres e de pessoas jornalistas não binárias nos meios de comunicação terem aumentado, sua participação segue restringida, especialmente em cargos de direção, e continuam sofrendo desproporcionalmente com formas de assédio laboral e sexual.

Para cumprir com a Meta 16.10 dos ODS, as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação necessitam muito mais do que a ausência da repressão.

Entre outras coisas, necessitam de estabilidade psicossocial, sustentabilidade financeira, independência editorial e, no geral, maiores oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

À medida que as mulheres, pessoas não binárias e da comunidade LGBTQI+ seguem ganhando espaços nos meios de comunicação, a sociedade deve assegurar e dar garantias de igualdade de oportunidades e esquemas de proteção diferenciados para esses grupos.

As respostas e soluções às necessidades particulares dos grupos vulneráveis, incluindo também as populações indígenas, afrodescendentes, entre outras, devem responder às características das violências que se exercem contra diferentes grupos. O trabalho sistemático e metodologicamente robusto de monitoramento e elaboração de relatórios da Rede VDS é uma peça fundamental para entender essas características e poder projetar e implementar respostas e soluções apropriadas.

Qualquer tentativa de melhorar o estado da liberdade de expressão, da liberdade da imprensa, do direito de acesso à informação na América Latina e de cumprir a Meta 16.10 dos ODS deve começar por entender como as diferentes formas e níveis de violência se interrelacionam e como se cruzam com diversas identidades.

Recomendações perspectiva de gênero e diversidade

A análise da liberdade de imprensa e expressão em uma perspectiva de gênero e inclusão mostra desafios importantes, que incluem a falta de dados desagregados com perspectiva de gênero não binário e interseccional que é afetada pelo medo estabelecido de denunciar fatos violentos; a falta

de sistemas de denúncia confiáveis para reportar as violências de gênero contra jornalistas; e novos espaços de violência nas redes sociais, onde o discurso estigmatizante contra jornalistas foi normalizado e são percebidos ataques diferenciados em termos de gênero; a persistência de misoginia e homofobia dentro dos meios de comunicação; a falta de sensibilidade sobre questões de violência de gênero nos meios de comunicação; a tendência generalizada de questionar a capacidade profissional das mulheres jornalistas e ataques que incluem comentários sobre sua aparência física ou sua sexualidade.

Portanto, é fundamental visibilizar as violências diferenciadas dentro do setor. É importante também promover uma sensibilização em temas de gênero e

inclusão dentro das organizações e em nível institucional, incluindo os atores estatais relevantes e os próprios meios de comunicação. Finalmente, é necessário criar um sistema eficaz, acessível e transparente para denunciar as violações às pessoas jornalistas, com uma perspectiva de gênero e inclusão.

Também é necessário introduzir protocolos de prevenção de violência com perspectiva de gênero para desenvolver ações preventivas e respostas adequadas à crescente violência de gênero contra as pessoas jornalistas na região latino-americana.

Outras recomendações

Para a sociedade civil

- Fortalecer o papel da sociedade civil na construção, defesa, manutenção e monitoramento das condições e ambientes seguros, sadios e propícios para as liberdades de imprensa e de expressão.
- Desenvolver processos de incidência com as autoridades, a comunidade internacional e os meios de comunicação, para gerar boas práticas de políticas públicas que promovam a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informação em nível estrutural e na gestão do jornalismo e dos próprios meios de comunicação.
- Colaborar com os meios de comunicação de interesse público e com a comunidade internacional para posicionar a importância do desen-

volvimento dos meios de comunicação e a produção de jornalismo de interesse público, incluindo enfoques que sirvam para incluir amplamente o espectro de gênero nas novas narrativas, lideranças editoriais e fontes jornalísticas.

- Promover o monitoramento da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito de acesso à informação, com enfoque de gênero e inclusão, nos meios de comunicação que fazem jornalismo a serviço do interesse público.

Para a comunidade internacional

- Fazer um apelo à ação de instituições internacionais de desenvolvimento e investimento privado sobre a importância de apoiar iniciativas

ousadas, eficazes e inovadoras capazes de reverter a situação lamentável do ODS 16.10.1 e, assim, fomentar a implementação da Agenda 2030 de forma mais ampla em toda a região.

- Construir amplas coalizões de atores com alta capacidade para projetar e executar campanhas de comunicação e marketing social para desenvolver um amplo reconhecimento público da importância da liberdade de imprensa para a democracia e o desenvolvimento sustentável.
- Colaborar com os meios de comunicação de interesse público e a sociedade civil para posicionar a importância do desenvolvimento dos meios de comunicação e da produção de jornalismo de interesse público, incluindo enfoques

que sirvam para incluir amplamente o espectro de gênero nas novas narrativas, lideranças editoriais e diversidade de fontes.

Para as instituições do Estado

- Conscientizar as autoridades públicas sobre a importância de contribuir para o reconhecimento do trabalho da imprensa e para os perigos de alimentar um ambiente de hostilidades para com a imprensa.
- Fomentar o diálogo sobre os desacordos com a imprensa, por meio de mecanismos, instâncias e ferramentas alternativas para a solução dos conflitos com a imprensa, e abster-se de realizar ações prejudiciais e desproporcionais, como processos judiciais e aplicação de sanções

administrativas e penais.

- Estabelecer ou melhorar os mecanismos de proteção existentes, incluindo uma sensibilização nos assuntos de gênero e inclusão a todo o pessoal das autoridades públicas envolvidas, para assegurar que esses mecanismos respondam às necessidades diferenciadas dos jornalistas.

Para os meios de comunicação

- Projetar e implementar protocolos de proteção e condições de trabalho dignas e seguras para as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação.
- Promover a igualdade de oportunidades e mecanismos de proteção e de alerta dentro dos meios de comunicação para prevenir e refrear as

- violências de gênero.
- Ser responsável pela gestão da igualdade de gênero, da diversidade e da inclusão dentro dos meios de comunicação.
 - Desenvolver medidas para fomentar a diversidade e inclusão nas novas narrativas, fontes de informação, lideranças editoriais, entre outros aspectos-chave.
 - Fazer jornalismo de dados e de investigação para contrastar e verificar as bases de evidência geradas pelo monitoramento da sociedade civil e contar histórias humanas que possam inspirar empatia e reconhecimento para as pessoas jornalistas e trabalhadoras dos meios de comunicação.
 - Colaborar com a sociedade civil e a comunidade internacional para posicionar a importância do desenvolvimento dos

meios de comunicação e da produção de jornalismo de interesse público, incluindo abordagens que sirvam para incluir amplamente o espectro de gênero nas novas narrativas, lideranças editoriais e diversidade de fontes.

